

O SISTEMA ECONÔMICO NAS MINAS GERAIS: VILA DE BARBACENA (1791-1822)

Adriano Braga Teixeira
Mestre em História Social pela UFRJ
Professor da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC/ Barbacena

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a conformação do sistema econômico vigente na vila de Barbacena no período que vai da sua elevação à condição de vila, em 1791 à 1822. A região da vila que teve seu povoamento remontado ao início do povoamento da capitania, passa, na transição do século XVIII para o XIX, por um processo de desenvolvimento mais acelerado. Pretende-se assim, analisar, através de inventários *post-mortem*, a composição e alocação da riqueza para entendermos de que forma determinadas estruturas econômicas propiciaram e consolidaram um processo diversificado na região das Minas setecentista e oitocentista. Dar-se-á destaque neste trabalho para o acesso à terra, os instrumentos profissionais, equipamentos, animais, dinheiro e dívidas.

PALAVRAS-CHAVE: Vila de Barbacena, sistema econômico, Minas Gerais.

Área: História econômica e demografia histórica

Sessão temática: A formação do espaço econômico mineiro

O sistema econômico nas Minas Gerais: vila de Barbacena (1791-1822)

Adriano Braga Teixeira¹

O presente trabalho tem por objetivo analisar o sistema econômico vigente nas Minas Gerais da transição do século XVIII para o XIX na e através da vila de Barbacena. A análise focaliza alguns ativos da riqueza auferida na região, a saber, benz de raiz, animais, equipamentos, instrumentos profissionais e dívidas². O estudo desenvolvido compõe parte do segundo capítulo da dissertação defendida no ano de 2007 no PPGHIS/UFRJ³. Nessa pesquisa, verificou-se o crescimento e a importância que a vila e seu termo adquiriram ao longo da segunda metade do século XVIII, consolidando-se no início do século XIX em conformidade com a sociedade escravista colonial, daí a necessidade de melhor visualizar a reprodução de seu sistema econômico.

Os modelos mais tradicionais da historiografia mineira consideraram Minas Gerais uma província marcada pela tríade crescimento, apogeu e decadência do ouro⁴, negando, ou mesmo desprezando, outras atividades e a diversidade das regiões da capitania. Assim, percebemos como a historiografia acerca da sociedade mineira, no entremear da passagem dos séculos XVIII para o XIX, em muito, esteve relacionada à perspectiva de ordem externa da colonização.

A base dessa percepção fora incorporada da obra de Caio Prado Júnior⁵, na qual o traço fundamental da economia colonial era a organização da produção e do trabalho (escravo) para o mercado externo. No que se aplicou à província mineira, a preocupação desse autor foi a de entender os mecanismos utilizados pela coroa para controlar a exploração dos metais preciosos, geradores de acumulação de capitais na Europa. Com a decadência desse setor, a economia mineira só recuperaria o seu dinamismo com a agricultura de grande propriedade, com um único produto e trabalho escravo: o café, a partir da década de 1820.

Vale lembrar, entretanto, que Caio Prado fez exceção à pecuária colonial: *a única, afora as destinadas aos produtores de exportação, que tem alguma importância*⁶. Em seu estudo, destacou três grandes áreas de criação: os sertões do norte, a parte meridional de Minas Gerais e a região sul do país⁷. Interessa-nos aqui, ressaltar a participação da parte meridional de Minas, que vai constituir-se na parte sul da capitania, como uma área propícia para a criação de animais.

Já Celso Furtado⁸, apesar de considerar dinâmica a economia mineira, também analisa esse período a partir de um atrelamento às estruturas externas, tornando a decadência inevitável. Esse mesmo viés interpretativo, ainda na década de 70, fazia-se presente na historiografia colonial. A obra de Fernando Novais, apesar deste não tratar especificamente de Minas Gerais⁹, baseou-se na noção de Antigo Sistema Colonial na época do chamado capitalismo comercial. A função da colônia seria a de estimular a acumulação primitiva de capitais na Europa através do exclusivo comercial, em que a burguesia metropolitana se apropriava do sobretrabalho colonial. Quanto ao regime de trabalho, este teria que ser compulsório, e a opção pela escravidão africana se explicava pela lucratividade do tráfico de escravos: é a partir do tráfico negreiro que se poderia entender a escravidão africana colonial, e não o contrário.

¹ Mestre em História Social pela UFRJ. Professor da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC/ Barbacena.

² Para uma análise da posse de escravos e das hierarquias sociais vigentes nesta região ver: TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena – 1791/1822*. Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, 2007. (Dissertação de Mestrado).

³ As referências bibliográficas serão citadas na íntegra nas notas de rodapé.

⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. Niterói: UFF, 1999. (Tese de Doutorado). p.09.

⁵ JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁶ *Ibidem*. p. 187.

⁷ Para conferir as análises de Caio Prado Júnior faz da pecuária no território do Brasil, ver o item “Pecuária” de sua obra. p. 186-210.

⁸ FURTADO, Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. 18 ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. p. 84-86.

⁹ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1984.

A partir dessas análises, Laura de Mello e Souza¹⁰, num trabalho inovador na historiografia mineira, mostra que a distribuição da riqueza na sociedade mineira não era democrática. A historiadora revela que a pobreza mineira, no século XVIII, por vezes era ofuscada pelo fausto do ouro que a autora demonstrou ser falso. Apesar disso, não rompeu com a perspectiva dicotômica de colônia/ metrópole contida nos estudos anteriormente abordados. Antes, discutiu sua análise na ordem da desclassificação social entendida dentro do processo de exploração colonial que, desde o início, estaria baseada na grande propriedade agrícola de cunho comercial e escravista. Tratava-se, assim, de uma colônia de exploração que visava favorecer ao máximo a acumulação de capital nos centros hegemônicos europeus¹¹. Dessa forma, no que tange à mineração, ela atenderia a esse mesmo pressuposto externo. Portanto, no momento em que a extração do ouro entra em decadência, a economia mineira estaria relegada ao mesmo destino.

No entanto, e sem negar a questão da decadência aurífera, Maria Yedda Linhares, no final dos anos 70, chamou a atenção para a abordagem da temática de mercado interno e a natureza da escravidão que, via de regra, tinham sido entendidos, até então, através de modelos que sintetizavam a realidade de um amplo território de diversidades. A autora afirma:

A decadência está aí presente, sem dúvida. É óbvio que houve esgotamento dos veios. Terá sido ela tão súbita e inexorável como nos afirmam os economistas? Ou terá sido ela matizada e diferenciada pelos “bons e maus frutos” cujas sementes a economia mineradora plantou? Em outras palavras, a *decadência* teria sido tão inexorável e definitiva no Sul de Minas como no Nordeste da Capitania? Como poderemos sabê-lo, enquanto nos faltarem pesquisas básicas mais pormenorizadas¹²

Nessa mesma linha, sem desconsiderar a importância da mineração para a formação da Capitania de Minas Gerais os trabalhos de Alcir Lenharo, Roberto Borges Martins, Robert Slenes e Douglas Cole Libby¹³, a partir do final da década, de 1970, apresentaram, no que se refere à historiografia mineira, uma economia dinâmica, diversificada e mercantilizada, evidenciando outros modelos de análise. Em confluência com as considerações desses autores, o trabalho de Alcir Lenharo¹⁴ documentou a importância do Sul de Minas como fornecedor de gado e outros mantimentos para a cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX, destacando a importância da Comarca do Rio das Mortes, pois:

O centro das exportações mineiras tinha como sede a praça comercial de São João Del Rei, que, juntamente com Barbacena constituiu os dois pólos do comércio atacadista, servindo-se de verdadeiros entrepostos regionais. Situados na entrada das Gerais centralizavam o fluxo das mercadorias das diferentes regiões, até mesmo de Goiás e Mato Grosso. São João Del Rei drenava a maior parte das exportações de subsistência, ao passo que Barbacena concentrava principalmente as exportações de algodão¹⁵

Sendo assim, podemos perceber que, afora as divergências em alguns pontos, Martins e Slenes muito contribuíram para uma renovação da historiografia mineira sob a perspectiva de desenvolvimento desta província no pós “boom minerador”, e não de estagnação econômica.

¹⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

¹¹ Ibidem. p. 61.

¹² LINHARES, Maria Yedda. O Brasil no Século XVIII e a Idade do Ouro: A Propósito da Problemática da Decadência. In: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979. p. 162.

¹³ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação* (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808/1842). MARTINS, Roberto Borges e MARTINS FILHO, Amílcar. *A escravidão numa economia não Exportadora: Novas Perspectivas sobre Minas Gerais no Século XIX*. SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁴ LENHARO, Alcir. Op. cit. 89-90.

¹⁵ Idem.

Devemos levar em consideração também que essa economia diversificada que os autores acima expostos apresentaram não foi uma característica tão somente do período de declínio da extração aurífera. A pesquisa de Carlos Magno Guimarães e Liana Reis¹⁶ também foi inovadora ao comprovar que, mesmo na primeira metade do século XVIII, não houve uma exclusividade da economia do ouro. Ao analisar cartas de sesmarias concedidas para as minas no século XVIII, os autores demonstraram a inconsistência das teses que negam a existência ou importância da agricultura na capitania ou consideraram o desenvolvimento da agricultura a partir da decadência da mineração. A análise revelou a associação da atividade agrícola com a mineração, utilizando-se mão-de-obra escrava em quantidade expressiva na agricultura. O estudo demonstrou também o desenvolvimento de unidades agrícolas de caráter escravista e mercantil, viabilizando a montagem e a expansão da atividade mineradora, na medida em que atendia a demanda dos centros mineradores.

A partir desse debate, mais recentemente, outros trabalhos acadêmicos tentaram demonstrar a diversidade da economia mineira¹⁷. Esses estudos optaram, claramente, pela busca de uma lógica interna da economia colonial, mas esta matriz teórica inicial foi desenvolvida por João Fragoso e Manolo Florentino¹⁸. Principalmente, o primeiro desses autores¹⁹, ao desenvolver trabalhos sobre os comerciantes na praça do Rio de Janeiro nos séculos XVII, XVIII e início do XIX, pôde observar que os ritmos da colônia não se equivaliam às conjunturas internacionais. Por isso, trabalhou com as possibilidades de criação de acumulações endógenas pelo mercado interno, gestão de um capital mercantil residente e ação de uma forte elite mercantil nas origens da produção agroexportadora. A soma de todos esses elementos configurou uma formação social que controlaria, em grande medida, seus próprios mecanismos de reprodução.

Do avanço historiográfico exposto até aqui, emerge o entendimento da sociedade colonial como não dependente das conjunturas econômicas internacionais. Muito pelo contrário, no momento de depressão do mercado internacional, a colônia foi capaz de continuar a reproduzir e expandir seu sistema econômico. Esse entendimento da historiografia a partir dos anos de 1980, só foi possível com a percepção de que a sociedade colonial dos séculos XVIII e XIX conformava uma estrutura não capitalista. Para o estudo dessa estrutura, deveriam ser criados outros mecanismos de investigação, diferentes de uma análise capitalista em um tipo de mercado perfeito. Segundo João Fragoso:

Estamos diante de um mercado restrito, característico de economias não-capitalistas. Na verdade, tal traço decorre da natureza das relações de produções vigentes. Se nos detivermos na economia escravista, verificaremos que, apesar de seu alto grau de mercantilização, o escravismo é portador de sérios limites à “mercantilização geral”, típica do capitalismo. Ao contrário deste, aqui o processo de produção não é determinado por mecanismos autorreguladores, do que deriva a necessidade estrutural da coerção extra-econômica.²⁰

A existência desse tipo de mercado na economia colonial explica o fato de no momento de decadência da extração aurífera na capitania de Minas, não ter ocorrido uma crise generalizada. Em vez disso, o que percebemos é justamente o desenvolvimento de uma economia bem mais dinâmica e diversificada capaz de se reproduzir.

¹⁶ GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/ 1750)*. Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, 1 (2): 7-36, jun.. 1986.

¹⁷ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais (1831-1888)*. Belo Horizonte: Annablume, 2002. ALMEIDA, Carla Maria Almeida de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineira...* Op. cit. ALMEIDA, Carla Maria Almeida de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Op. cit. ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Fortuna, família e poder no Império do Brasil: Minas Gerais – Campanha da Princesa 1799-1850*. Niterói: UFF, 2005. (Tese de Doutorado).

¹⁸ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790/ 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1998.

²⁰ Ibidem. p. 181-182.

Nesse cenário, insere-se, a criação e o desenvolvimento da vila de Barbacena. Dessa maneira, diante das inúmeras especificidades que marcaram a sociedade mineira setecentista e oitocentista, podemos dizer que o conhecimento mais adequado de sua história será viável somente com a realização de estudos regionalizados, os quais possibilitarão a análise das ações e interações entre o homem e o território por ele ocupado²¹.

Sendo assim, para a compreensão das estruturas sócio-econômicas de produção e alocação da riqueza na vila, utilizamos as considerações de Witold Kula. Em seu trabalho sobre a teoria econômica do sistema feudal, o autor adverte que não se podem utilizar métodos capitalistas nas análises feudais. Por isso, na procura de instrumentos investigativos que mais se adequassem à realidade por ele estudada, Kula desenvolveu o conceito de sistema econômico, o qual para o autor:

(...) é um conjunto de relações econômicas internamente ligadas, que precisamente por estarem ligadas surgem mais ou menos simultaneamente, e também quase simultaneamente cedem o lugar a outras relações. O aparecimento e o desaparecimento dessas relações, que se podem datar empiricamente, permitem definir os limites cronológicos de um sistema econômico. A construção de uma teoria de um sistema econômico consistem em definir (mais uma vez empiricamente) o conjunto mais rico possível de relações que nele aparecem e em explicar os nexos recíprocos existentes entre essas relações.²²

Para tanto, na construção da teoria de um sistema econômico, é necessário levar em consideração que os atos da opção econômica são sempre socialmente condicionados, têm caráter reiterativo e manifestam determinadas regularidades entre as quais existem determinadas relações²³.

Uma sociedade, como a da região da vila de Barbacena, em que a abertura de novas fronteiras agrícolas, foi responsável pela constante movimentação de seus homens e a reprodução de seus sistemas sócio-econômico nos novos espaços, é um lugar privilegiado para a análise e compreensão das formas como a sociedade colonial escravista brasileira se produziu e reproduziu em áreas de fronteira. No mais, as peculiaridades dessa nova área, que conformou seu próprio sistema, tornam-se um referencial no conjunto da análise da economia colonial.

Através da análise seriada de 302 processos de *inventários post-mortem*, conheceremos os traços gerais do sistema econômico vigente na medida em que as regularidades emergirão da análise²⁴. Por tratar-se de um espaço cronológico de apenas 31 anos, não é possível analisar a dinâmica a longo prazo dessa sociedade²⁵, fato que também fugiria aos objetivos da nossa pesquisa.

Ao estudarmos os inventários *post-mortem*, percebemos que a maior parte das propriedades arroladas estavam localizadas no meio rural da vila. Do total, 62,58%, sendo que, em 22,84% dos processos analisados, não estavam registrados bens imóveis. Esse fator foi corroborado quando verificamos a tipologia das propriedades. Somadas as tipologias relacionadas ao meio rural (fazenda, sítios e terras), verificou-se que estas corresponderam a 77,47% das propriedades. Esses dados nos revelaram uma sociedade em que o principal mecanismo de reprodução esteve ligado ao acesso à terra.

Na busca de uma melhor caracterização desse sistema agrário, torna-se importante analisarmos o conjunto das aplicações produtivas passíveis de serem quantificadas através dos inventários. Para essa investigação, os dados dos inventários foram coletados sistematizando os

²¹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 72-73.

²² KULA, Witold. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa: Presença, 1979. p. 172.

²³ Ibidem. p. 161.

²⁴ Todos os inventários estão sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal “Prof. Altair Savassi”, na cidade de Barbacena de abreviatura: AHMAS. Utilizamos ainda neste artigo, relatos de viajantes e documentos avulsos da seção colonial do Arquivo Público Mineiro que, quando utilizados serão citados.

²⁵ Segundo Witold Kula a teoria econômica de um determinado sistema deveria explicar as leis que regem o volume do excedente econômico e sua apropriação, as leis que regem a repartição das forças e meios de produção, as leis que regem a dinâmica de curta duração, as leis que regem a dinâmica de longa duração, em especial os mecanismos de desagregação de um dado sistema que o fará passar a outro. O presente trabalho baseia-se nas três primeiras perspectivas. Cf. KULA, Witold. Op. cit. p. 11-12.

seguintes grupos dos bens materiais: pertences e utensílios, que englobou utensílios de cozinha como tachos, panelas, pratos, roupas, acessórios; o mobiliário; dinheiro (ouro em pó); jóias (ouro lavrado); mercadorias (referente à loja de secos e molhados, botica etc.); instrumentos profissionais (enxadas, machados, foices, rodas de fiar, tear); equipamentos (outros instrumentos que não se encaixavam nos anteriores como, carro, sela, martelo, relativo aos ofícios de carpinteiro, sapateiro, forno, lambique, engenho entre outros); outros, quando não conseguimos agrupar; roças e colheitas (seja plantada ou colhida); animais (bois de carga, bois, suínos, eqüinos, muares, caprinos, ovinos); escravos; bens de raiz - imóveis (fazenda, casas, terras, benfeitorias, sítios, chácaras) e, por fim, dívidas ativas e passivas.

Perceber a participação desses ativos no montante da riqueza ajuda-nos a fechar o quadro da conformação sócio-econômica da vila de Barbacena, de sua criação até o ano de 1822. Isso porque, ao verificarmos os ativos privilegiados como investimento, podemos sugerir as atividades desenvolvidas que foram capazes de fazer com que o povoamento dessa região fosse intensificado desde o fim do século XVIII, mais precisamente quando a mineração já não mais se conformava como atividade nuclear. Momento em que a localidade angariou o título de vila.

Para tanto, ao sistematizarmos os dados, a princípio fizemos a seguinte subdivisão: dois sub-períodos de 11 anos (1791-1801 / 1802-1812) e um sub-período de 10 anos (1813-1822). Esse procedimento nos pareceu pertinente para verificarmos a reiteração, ao longo do tempo, das principais inversões produtivas. Por se tratar de um curto espaço de tempo, incorporamos também uma análise agregada dos valores para todo o período (1791-1822), o que nos auxiliará no esforço de síntese das características gerais da estrutura produtiva em análise.

Outra questão a ser notada é a opção por trabalhar com os valores nominais, tal como aparece nos documentos, a saber, em mil réis. Mesmo com a possível desvalorização da moeda incidindo sobre os valores dos bens, e uns sendo mais valorizados ou desvalorizados do que outro, esta primeira conformação nos interessa mais na recorrência aos ativos do que seus valores propriamente ditos.

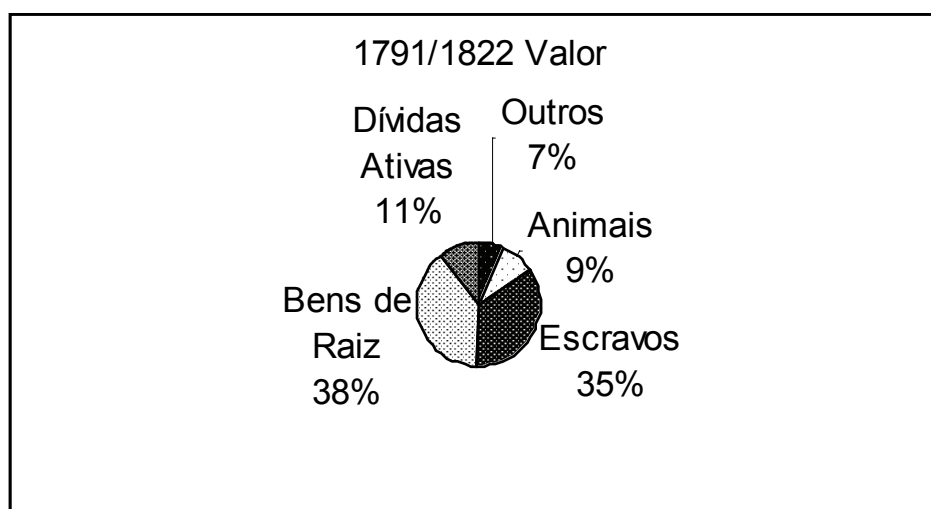
Como nossa atenção se volta para a presença de certos ativos no patrimônio das pessoas, metodologicamente, ao coletar as informações, consideramos como o monte-mor da pessoa a soma desses ativos. Dessa forma, algumas divergências ocorrem em relação ao valor descrito no documento que, além de contar as despesas ocorridas para se proceder ao inventário, geralmente incide no erro de soma, que interfere no valor final da riqueza a ser repartida.

Assim, o que mais era valorizado nessa sociedade? O padrão de riqueza estava associado a que tipo de bens? Que tipos de atividades desenvolvidas foram capazes de gerar a integração dessa localidade a economia escravista?

Tabela 01: Participação dos Ativos no Montante da Riqueza – 1791-1822.

ATIVOS	1791/1801		1802/1812		1813/1822		1791/1822	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pertences e Utensílios	2330915	1,11	3432115	1,4	3966119	1,05	9729149	1,16
Mobiliário	1450346	0,69	1208820	0,48	1893420	0,5	4552586	0,53
Dinheiro	1676366	0,8	3444700	1,4	4575537	1,21	9696603	1,15
Jóias	863922	0,41	481137	0,2	566305	0,15	1911364	0,3
Inst. Profissionais	918216	0,44	732783	0,3	1137955	0,3	2788954	0,32
Equipamentos	2117485	1	2569250	1,05	3327300	0,88	8014035	0,96
Roças/Colheita	3311860	1,57	1981075	0,81	3249340	0,86	8542275	1,02
Animais	13511188	6,42	19449550	7,91	40252831	10,65	73213569	8,78
Escravos	80500200	38,28	80701200	32,85	128756529	34,06	289957929	34,76
Bens de Raiz	77915030	37,05	101927005	41,48	146708302	38,81	326550337	39,15
Dívidas Ativas	25459057	12,11	29701025	12,09	33944514	8,98	89104596	10,68
Mercadorias	65650	0,03	0	0	9538170	2,52	9603820	1,15
Outros	183150	0,09	66250	0,03	135025	0,03	384425	0,04
Total Monte-mor	210303385	100	245694910	100	378051347	100	834049642	100
Nº de Inventários	69		96		137		302	

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Gráfico 01: Participação dos ativos no Montante da Riqueza - %

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS – 1º e 2º Secretaria de Vara Cível * O segmento outros neste gráfico refere-se à junção dos outros ativos da tabela 10, que não aparecem no gráfico.

A tabela e o gráfico anterior foram montados com a finalidade de nos auxiliar a estabelecer considerações mais gerais sobre o sistema econômico em questão e também avaliar o peso dos ativos que compunham a riqueza da região.

Como podemos observar na composição geral do patrimônio da vila de Barbacena, os bens de raiz (casas, fazendas, terras, sesmarias, benfeitorias de propriedades rurais, etc) contabilizaram a maior parcela (39,15%). Apesar de no período de 1801/1811, observarmos que o principal ativo constitui-se dos escravos, este bem se destacou na análise geral de todo o período. Na seqüência, temos 34,76% concentrados em escravos. E, na terceira posição, com 10,68%, as dívidas ativas, seguida dos animais que representaram 8,78% do percentual da riqueza dessa sociedade. Os outros bens patrimoniais como pertences e utensílios, mobiliário, dinheiro, jóias, instrumentos

profissionais, equipamentos e roças/colheita, que foram agrupados no gráfico 02, somaram 6,63% da riqueza dos inventariados. Cabe analisarmos, então, o significado da presença dos diversos fatores constitutivos do patrimônio inventariado da região. Na medida em que conseguirmos estabelecer a lógica de sua recorrência, possuiremos uma melhor compreensão do sistema em vigor.

Os dados acima confirmam a maneira através da qual essa sociedade foi capaz de reproduzir-se. O sistema vigente dependia da incorporação de terras e de mão-de-obra para garantir seu desenvolvimento. De fato, a região da vila apresentava-se, no final do século XVIII como uma região de fronteira aberta que atraiu muitas pessoas mediante a potencialidades agropastoris desenvolvidas de forma extensiva.

Saint-Hilaire, viajante inglês, em uma de suas viagens de volta ao Rio de Janeiro no ano de 1818, relatou que

Logo após deixar Barbacena, o viajante que vem de uma região descoberta começa a perceber a aproximação da região das florestas; encontra morros um pouco menos arredondados, vales mais profundos e tufos de matas mais numerosos²⁶.

Ainda segundo o viajante, as matas virgens eram de tamanha majestade que lhe causavam uma profunda impressão. Ao analisarmos mais detidamente as descrições dos bens imóveis das áreas rurais e mistas (inventários que possuíam bens imóveis urbanos e rurais), foi significativo, em todo o período, a referência a matas virgens e capoeiras. Para melhor visualização dessa realidade, montamos o quadro abaixo.

Quadro I

Quadro de propriedades rurais com menção às terras e % de unidades com mais de uma porção de terras.

Período – 1791-1801		
	Nº	%
Número total de inventários no período	69	100
Número de inventários com unidades rurais	50	72
Total de propriedades arroladas (fazendas, sítios e terras)	91	100
Menção a matos virgens	40	44
Menção a capoeiras	40	44
Menção a campos de criar	04	04
Menção a terras de cultura	19	21
% de unidades com mais de uma porção de terras	32	

²⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974. p. 118.

Período – 1802-1812		
	Nº	%
Número total de inventários no período	96	100
Número de inventários com unidades rurais	50	52
Total de propriedades arroladas (fazendas, sítios e terras)	90	100
Menção a matos virgens	32	36
Menção a capoeiras	39	43
Menção a campos de criar	18	20
Menção a terras de cultura	24	27
% de unidades com mais de uma porção de terras	25,86	

Período – 1813-1822		
	Nº	%
Número total de inventários no período	137	100
Número de inventários com unidades rurais	97	71
Total de propriedades arroladas (fazendas, sítios e terras)	154	100
Menção a matos virgens	46	30
Menção a capoeiras	52	34
Menção a campos de criar	26	17
Menção a terras de cultura	50	32
% de unidades com mais de uma porção de terras	32,63	

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Pelo levantamento acima auferido, fica clara a disponibilidade de terras virgens apropriáveis. Tal característica denota uma forma extensiva de uso da terra, ou seja, sempre que fosse necessário expandir a produção ainda havia uma reserva a ser derrubada. Além disso, boa parte das unidades produtivas possuíam mais de uma porção de terra, o que facilitava a ampliação de novas áreas. Esse sistema de produção valeu-se da prática agrícola de pousio. Corroborava essa assertiva a também constante referência nos inventários de unidades rurais da vila, de capoeiras, campos de criar e terras de cultura. As capoeiras eram um tipo de vegetação que nascia no lugar onde já tivesse existido matas virgens derrubadas. Geralmente depois de seu uso, essa área passava por um período de descanso. Enquanto isso, outras áreas eram cultivadas, o que justifica a presença significativa das terras de cultura mencionadas nos inventários, além da área reservada para a criação em algumas unidades.

Ao analisar as unidades produtivas de Mariana, Carla Almeida observou que após duas colheitas consecutivas em uma região, que, primeiramente, fora aberta através das práticas de queimadas, deixava-se o terreno descansar por um período de cinco a sete anos, até que o mato crescesse o suficiente para ser novamente queimado²⁷. Em sistemas de pousio longo, nas áreas reservadas para cultivo, as próprias cinzas eram usadas como adubos, sendo deixadas no solo. A combinação de cinzas, solo fértil e clima favorável era capaz de assegurar uma boa produção²⁸. Ao que parece, essa prática foi recorrente em todo período abarcado por nossa pesquisa. Entretanto, vale destacar algumas nuances entre os sub-períodos.

Se percebemos a menção a matos virgens nas propriedades rurais para todo o período, é verdade também que sua representação percentual esteve em declive. Das 91 propriedades rurais

²⁷ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras...* Op. cit. p. 167.

²⁸ BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 24.

arroladas nos inventários do primeiro sub-período do quadro 01 (um), 44% fizeram referência a matos virgens. Já no período de 1813 a 1822, o percentual foi de 36%. Dessa forma, os dados denotam uma queda na referência de área florestal nas unidades, o que demonstra a expansão contínua e extensiva do uso desse território. Também esteve em queda, porém em menores proporções, a representatividade das capoeiras nas propriedades. Do primeiro período para o último, os percentuais foram de 44% e 34%, respectivamente.

No caminho oposto, estiveram os campos de criar e as terras de cultura que contaram com um relativo aumento percentual quanto às suas menções nas propriedades arroladas. Somadas, do total de propriedades dos três sub-períodos, as unidades continham referência em 25%, 47% e 49%, respectivamente. Diante desses dados, observamos algumas alterações, ainda que incipientes, na estruturação do uso da terra na região analisada. Assim, apesar do sistema de pousio estendido ainda fazer parte da paisagem da região, pelo aumento das áreas cultiváveis e de pastoreio, podemos perceber uma intensificação do uso do solo da área ocupada.

De imediato, tais características nos propiciam considerar, em Ester Boserup, alguns elementos de reflexão sobre o sistema agrário em análise²⁹. Em seu estudo sobre crescimento populacional e produção de alimentos, a autora realizou uma intensa análise sobre sistemas de uso da terra. Sua perspectiva partiu do pressuposto de que o crescimento populacional é fator determinante nas mudanças observadas na agricultura, ou seja, a fertilidade da terra é vista, pela autora, como um fator humano, historicamente criado. Para tanto, foi considerado um contínuo de tipos de uso da terra, sendo examinados em conjunto as ferramentas, métodos e sistemas de cultivo. A partir dessa análise, a autora chega a cinco grupos, que foram divididos de acordo com o *continuum* de intensidades de uso da terra. São eles: cultivo com pousio longo ou florestal, cultivo com pousio arbustivo, cultivo com pousio curto, cultivo anual e cultivos múltiplos³⁰.

Desses grupos, consideremos o segundo, a saber, o cultivo com pousio arbustivo. Nesse sistema, há uma intensificação, ainda que incipiente, do uso do solo, de modo que o período de pousio gira em torno de seis a dez anos. Segundo a autora:

Nenhuma floresta verdadeira crescerá num período tão curto, mas a terra cobrir-se-á gradualmente de arbustos e pequenas árvores. Os períodos de cultivo ininterrupto variam consideravelmente. Podem não se estender por mais de um ou dois anos (como no sistema anterior) e podem ser tão longos como o período de pousio, isto é, de seis a oito anos.³¹

As considerações de Ester Boserup permite-nos constatar que o aumento de áreas cultiváveis e de pastoreio, juntamente com as áreas de capoeiras, indicam o tipo de pousio arbustivo, ainda que, segundo a própria autora, para muitos não há diferenças entre este e o conhecido pousio longo ou cultivo itinerante³². Entretanto tendemos a não optar por uma generalização sobre o espaço analisado pela pesquisa, ao dizer simplesmente que se trata de um sistema agrícola com forma extensiva de produção e uso de sistemas de pousio longo. Apesar de não estarmos trabalhando com a perspectiva de um longo período, demarcar essas variações apontam para os caminhos da evolução do sistema em análise.

Para corroborar essa perspectiva, é interessante destacar o tipo de pousio arbustivo, a análise da composição dos instrumentos profissionais utilizados nas unidades rurais. Através da tabela 14, percebemos a baixíssima representatividade desse ativo no montante da riqueza inventariada³³. Em todo o período, os instrumentos representaram somente 0,32% das riquezas. Desse percentual foi possível perceber que não houve uma especialização do tipo de instrumentos utilizados. Eles eram, na sua maioria, a conjugação de machados, foices e enxadas. Nenhum outro tipo de ferramenta, que

²⁹ Idem.

³⁰ Ibidem. p. 13-14.

³¹ Ibidem. p. 14.

³² Idem.

³³ Vale destacar que, neste item, englobamos os instrumentos de maior frequência nos inventários, a saber: machados, enxadas, foices, roda de fiar e tear.

indicasse uma intensificação do uso do solo como o arado, foi encontrado em grande número³⁴. Percebemos, então, que, pela disponibilidade de terras existentes não era preciso o dispêndio de maiores cuidados com a área ocupada, fato muito significativo para indicar o sistema de pousio. Entretanto, mesmo de pequena representatividade, vale a pena considerar a tipologia desses equipamentos, conforme segue na tabela abaixo.

Tabela 02: Tipologia e representatividade dos Instrumentos Profissionais (1791-1822).

Períodos	1791-1801	1802-1812	1813-1822
% de Inventários com Instrumentos	79,7	75	83,9
Total de Instrumentos	1026	707	1239
% de machado	15,40	14,43	15,25
% de enxada	40,74	41,16	41,40
% de foice	43,86	44,41	43,35

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Percebemos, pelos dados da tabela 02, uma grande presença dos instrumentos profissionais arrolados nos inventários para todo o período, tendo em vista que no período de menor representação percentual, encontramos a presença significativa desses instrumentos em 75% dos casos. Apesar de não encontrarmos instrumentos mais especializados como o arado, temos três tipologias de instrumentos capazes de colaborar na análise do funcionamento desse sistema com pousio.

A presença de machados pode indicar o desbravamento de novas áreas, já que ele seria utilizado na derrubada de árvores. As foices demonstram a presença de uma área já desbravada que passou por um período sem uso (pousio), as chamadas capoeiras, como demonstramos anteriormente. Quando das novas roçadas, as foices seriam um instrumento indispensável. Já a enxada indica o caráter mais avançado nas técnicas utilizadas no uso do solo do período. A terra trabalhada com a enxada demonstra a intensificação da utilização de algumas áreas. Podemos considerar ser um aperfeiçoamento das técnicas e o primeiro indício da transição de um sistema de pousio longo para um mais curto³⁵ ou como chamamos atenção, de um pousio arbustivo.

O percentual da presença desses instrumentos arrolados nos inventários revela-nos claramente essa situação. Em ordem de importância, verificamos, na média, estar em primeiro lugar a foice (43,87%), depois as enxadas (41,40%) e, por último, os machados (15,02%). Tais percentuais, conjugados com a finalidade de cada instrumento, vão ao encontro da análise do quadro I, anteriormente visto, onde verificamos o maior aumento de áreas cultiváveis e de campos de criar juntamente com as capoeiras. Portanto, se por um lado percebemos a não especialização dos instrumentos profissionais, vemos, de outro, através de sua tipologia, as nuances da forma como era utilizada a terra, não obstante tratar-se de uma forma extensiva de produção que perduraria por tempos ainda, como percebemos no relatório do presidente da província de Minas do ano de 1837.

Segundo o relatório que trata de toda a província:

Muito se tem clamado, posto que em vão, contra a destruidora rotina de nossos lavradores; eles entendem que não podem colher com vantagem os produtos da agricultura, sem que se tenha derrubado, e queimado uma grande porção de madeiras; em sua opinião as melhores terras dentro de pouco tempo se tornarão irremediavelmente cansadas, abusando assim de um princípio, aliás verdadeiro, mas tomado em uma generalidade sem limites. O lavrador

³⁴ Encontramos somente dois arados numa mesma unidade. Vale lembrarmos que era uma das maiores propriedades da pesquisa.

³⁵ BOSERUP, Ester. Op. cit. p. 24.

inteligente, e abastado costuma tem em reserva uma parte de suas terras; mas sabe prepará-la de antemão para ser vantajosamente cultivada em ocasião oportuna. (...).³⁶

Através desse relatório, fica patente o caminho pelo qual o uso da terra na província acabaria por passar: do uso extensivo para a intensificação de áreas já exploradas com a diminuição de novas áreas derrubadas. Entretanto tais mudanças, ainda na primeira metade do século XIX, não teriam se processado efetivamente, apesar das conseqüências do uso indiscriminado do solo já ser uma preocupação das autoridades. O relatório fala também que o lavrador inteligente e abastado reserva uma parte de suas terras. Esse aspecto demonstra o fato do pequeno agricultor se ver logo obrigado a intensificar o uso do solo ou abandonar sua propriedade, enquanto o maior teria mais facilidade em deixar uma parte em pousio. Tal fato já delineia as diferenças socioeconômicas presente na vila.

Esse tipo de sistema econômico foi capaz de gerar e captar riquezas para a freguesia da vila. O principal mecanismo de acumulação de riqueza na região da vila de Barbacena esteve relacionado ao acesso à terra, seja para cultivo, seja para a criação de animais. No entanto, como percebemos pelas divisões dos bens de raiz, verificamos que essa acumulação também não estava ao alcance de todos. Via de regra, nos documentos que analisamos são nas fazendas que encontramos as benfeitorias como paiol, monjolo e moinho. Essa constatação indica que tal tipo de unidade estava envolvida na produção de alimentos para consumo e mantinha diferentes vínculos com o mercado, além de possuírem terras destinadas à criação (8,78% dos ativos). A criação, em termos percentuais, teve maior participação do que as roças e colheitas (1,02% dos ativos) e, provavelmente, foi um tipo de recurso mais destinado à exportação.

Nesse sistema econômico foi a atividade agropecuária que adquiriu grande importância. Ficou patente que todas as unidades produtivas estavam diretamente ligadas à produção de alimentos e/ ou à criação de animais.

Os únicos produtos cultivados que encontramos nos inventários foram o milho, o arroz e o feijão. Este último nunca aparecia sozinho. Parece-nos que o milho e o feijão constituíam a base da alimentação dessa população, além do milho também ser recorrente para a pecuária. Outros tipos de cultura, com certeza, existiram e talvez não foram menos importantes. Percebemos, no aparelhamento de alguns inventariados, a presença de forno para torrar farinha, além de alambique e engenho, o que denota a produção da mandioca e da cana-de-açúcar.

Ao analisar a região de Mariana, Carla Almeida encontrou situação parecida e concluiu que o mecanismo de articulação entre agricultura e pecuária parece ter sido o da diversificação da primeira para o abastecimento familiar e para o mercado interno mineiro, conjugada com uma grande exportação de gados, porcos e toucinho³⁷. Dessa forma, apesar do baixo valor das roças e colheitas, devemos considerar a “exportação indireta desse produto, em lombo de porco”³⁸, como no caso do milho. Certamente, no valor dos animais exportados para fora da capitania, iam embutidos os gastos de sua dieta alimentar.

Exemplar desse tipo de unidade produtiva agropastoril, parece ter sido o caso de Antônio Fernandes Fagundes³⁹. Português, casado, pai de duas filhas, morador na Fazenda Ribeirão de Alberto Dias, na freguesia e termo da vila de Barbacena, falecera no ano de 1822, deixando um monte-mor de aproximadamente 12 contos de réis, valor elevado para a realidade da região. Seu bem de maior valor era sua fazenda que se compunha de casas de sobrado, com rancho de tropas e várias casas anexas, além de estribarias e mais benfeitorias, tudo coberto de telha, com terreiro cercado de pedra, com campos de criar e alguns matos virgens. Possuía 20 escravos (o que também podemos considerar um grande plantel), um rebanho de 209 cabeças de gado, 70 de porcos, uma

³⁶ Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinária do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837. Versão disponível na Internet, site: www.crl.edu/areastudies/lamp/index.htm. Consultado em 12/2006.

³⁷ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750/1850*. Niterói: UFF, 1994. (Dissertação de Mestrado) Ver principalmente o capítulo IV.

³⁸ MARTINS, Roberto Borges. Op. cit. p. 32.

³⁹ Inventário *post-mortem* de Antônio Fernandes Fagundes. AHMAS; Código: 1; Caixa: 117; Ordem: 18.

mula e 21 cavalos. Além de alguns pertences e utensílios, mobiliário e equipamentos, contava ainda com 15 machados, 15 enxadas e 04 foices e também de 600 alqueires de milho. Por fim, só nas dívidas ativas, via seu patrimônio concentrado em 26,94%, num valor de 3:152\$415 contos de réis, com 12 pessoas como devedoras.

A conformação do patrimônio de Antônio Fernandes, mediante a diversificação das atividades, parece poder nos exemplificar a associação entre a agricultura e a pecuária anteriormente mencionada, como a atividade que maior liquidez poderia gerar nessa sociedade. O milho colhido demonstra claramente a sua associação com o grande rebanho que possui, mas também poderia ser consumido internamente ou revendido localmente. A presença de moinho nas fazendas indica a transformação desse produto em seu derivado: contemporaneamente, o conhecemos como fubá.

Uma presença tão grande de gado e porco, logicamente, não poderia ser para o consumo interno da fazenda. A própria presença de rancho de passageiro na fazenda demonstra como essa unidade poderia e, provavelmente, estava ligada ao mercado, comercializando sua criação. Os ranchos de passageiros, segundo Carla Almeida,

Eram locais onde os intermediários, tropeiros, mascates ou mercadores, se hospedavam quando andavam pelo interior recolhendo a produção para ser comercializada nas cidades ou oferecendo as mercadorias trazidas de lá. Por vezes, as duas coisas eram feitas conjuntamente. Nestes ranchos cobrava-se a estadia de quem ali se hospedava e os artigos consumidos por estes e por seus animais⁴⁰.

Esse tipo de rancho complementava as atividades desenvolvidas, fazendo com que o proprietário conseguisse aumentar a lucratividade de sua empresa nas portas de sua própria fazenda.

As próprias dívidas são um outro mecanismo de afirmação econômica, de ampliação de laços e relações, principalmente quando se concede crédito a um número considerável de pessoas. Além do número de devedores, chama atenção o motivo das dívidas ativas de Antônio Fernandes. Dos lançamentos que continham o motivo, encontramos um arrendamento de fazenda, quatro créditos, um bilhete e três devedores de empréstimos. Percebemos, através dessa caracterização, as várias frentes abertas para o enriquecimento desse homem. As pessoas com as quais possuía créditos a receber também nos dizem muito das relações abertas. Além disso, em algum momento de sua vida, elas poderiam lhe servir. Das doze pessoas, duas possuíam o título de alferes, um de sargento-mor e um de capitão-mor. Não queremos menosprezar o valor social dos outros indivíduos que contraíram dívida com esse inventariado, somente estamos atentando para o indício de que, através dos que possuíam algum título, Antônio Fagundes gozava de boas relações entre seus conterrâneos.

Enfim, estamos diante de uma propriedade de base agro-pastoril. A conformação dessa fazenda fez com que seu proprietário e sua esposa pudessem conseguir gerar excedente suficiente para permitir ao casal auxiliar os novos núcleos familiares que estavam montados. As várias casas anexas à fazenda sugerem que as filhas casadas, juntamente com seus esposos, poderiam viver nela. Também a acumulação gerada com a agropecuária permitiu que Antônio Fernandes desse em dote para suas filhas juntas o equivalente a 1:810\$000 conto de réis.

Logicamente, estamos falando de um dos poucos inventariados com mais de 12 contos de réis nessa sociedade⁴¹. Parece que a possibilidade de diversificação econômica esteve a alcance maior dessas pessoas. Contudo, queremos destacar que a atividade agro-pastoril provavelmente foi o mecanismo buscado pela maioria das pessoas que habitavam as paragens, aplicações, arraiais, povoados e os limites mais agarrados à vila, para conseguirem se manter, sobreviver e, até mesmo, enriquecer. Observamos uma sociedade agro-pastoril mercantilizada, capaz de valer-se da localização estratégica da vila e fazer com que a comercialização dos produtos produzidos na vila não fosse atividade a cargo exclusivamente de um grupo social.

⁴⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos...* Op. cit. p. 110

⁴¹ Dos 302 inventários arrolados, somente 19 possuíam monte-mor superior a 10 contos de réis.

Nesse sentido, serve de exemplo o caso do inventário de Francisco Gonçalves Viana⁴², aberto no ano de 1805. O inventariado possuía um monte-mor dos menores coligidos no valor de 105\$048 réis. Seus bens estavam distribuídos da seguinte forma: 49\$848 réis em dinheiro e 55\$200 réis em animais, sendo 08 cabeças de gado bovino e 10 mulas.

Interessante perceber como criar gado sem possuir terra. O inventário indica que, embora morasse na fazenda João Marques no termo da vila de Barbacena, não era dono da mesma, uma vez que ela não foi inventariada. Provavelmente, teria terras arrendadas. Mas parece que o fato de possuir dinheiro, num contexto em que percebemos a baixa participação desse ativo, aliado também com o significativo número de mulas, sugere que ele estaria envolvido em outras atividades. Pode ser que esse morador estivesse envolvido com tropas. Dessa forma, ele poderia estar transportando, levando e trazendo produtos, até mesmo, do proprietário da fazenda onde residia. Colabora com essa assertiva a constatação de que, dos 126 proprietários de mula coligidos através dos inventários para todo o período, 53% deles serem proprietários de uma a cinco mulas. Podemos conjecturar, assim, que a posse de mais de cinco mulas seria um indicativo de uma atividade mais especializada, até mesmo porque, no caso desse inventariado, ele não possuía muitos outros bens. Entretanto, tal fato foi impedimento para que ele possuísse oito cabeças de gado bovino.

Detendo-nos na composição desse pequeno rebanho, percebemos que se trata de um empreendimento ainda incipiente. O inventário trouxe a informação de tratarem-se todos de novilhas, sendo a mais velha de apenas quatro anos. Sem possuir gado em idade de procriar, esse rebanho demonstra ser de uma aquisição recente, uma nova frente de investimento que não fosse especificamente sua tropa. Mas poderia se valer dessa atividade e comercializar sua criação, se ele não morresse.

Pouco mais de um ano depois da abertura do inventário de Francisco Gonçalves Viana, era aberto, no ano de 1806 ainda, o inventário de sua viúva Felizarda Maria de Almeida⁴³. Por essa ocasião, foi inventariante o irmão de seu falecido marido, seu cunhado Antônio Gonçalves Viana. A análise desse inventário completa os indícios da procura da diversificação, e mais, da mercantilização das atividades nessa sociedade.

O monte-mor de Felizarda não diferiu tanto daquele do seu marido. Seus bens somaram 121\$773 réis, enquanto o de Francisco havia somado 105\$048 réis. Entretanto, na descrição de seus bens, percebemos indícios de outras atividades que essa família praticava a fim de manter seu sustento. Nos instrumentos profissionais, encontramos um tear e uma roda de fiar, além de um escaroçador, indícios de uma atividade têxtil. No conjunto de seus pertences e utensílios, encontramos quase que exclusivamente, em nove peças de roupas, quatro côvados de tafetá azul. Pela presença de roupas de algodão percebemos o uso do escaroçador, da roda de fiar e do tear. Apesar de não podermos provar empiricamente a comercialização de peça, com certeza, esse ofício fez parte dos meios de sustento dessa família.

Como não encontramos no inventário do Francisco nenhum desses bens, percebemos que eles faziam parte das estratégias de sobrevivência dessa viúva após, a perda do homem da casa, uma vez que sua filha mais velha tinha apenas 10 anos. Ao que parece, se observarmos que seu falecido marido vivia de sua tropa, Felizarda já não possuía esses bens também. Mais um indício da mudança de ofício ou da congregação de outros. Isso porque, agora, não possuíam mais mulas, entretanto, o rebanho bovino aumentou, inclusive com vacas parideiras. Ao falecer, Francisca deixou 34 cabeças de gado entre vacas, boi, garrotes e novilhas. Se a atividade com a tropa tornou-se inviável com a morte de seu marido, a criação ainda constituía-se numa alternativa a ser conjugada ao serviço doméstico.

O caso de Francisco e Felizarda demonstra que fora justamente a diversificação das atividades e seus diferentes vínculos com o mercado que possibilitaram o enriquecimento, ou melhor, a manutenção de suas famílias, numa região que, em fins do XVIII, ainda apresentava-se como de fronteira. É isso que pode ter justificado a intensificação de seu povoamento e a

⁴² Inventário *post-mortem* de Francisco Gonçalves Viana. AHMAS; Código: 1; Caixa: 22; Ordem: 19

⁴³ Inventário *post-mortem* de Felizarda Maria de Almeida. AHMAS; Código: 2; Caixa: 66; Ordem: 27.

conformação econômica que então abordamos. Fica patente a importância da participação do comércio tanto para os mais ricos, como demonstramos no caso do Antônio Fagundes, quanto para os mais pobres, ligado ao transporte e comercialização dos produtos locais.

Das atividades econômicas auferidas até aqui, percebemos que a criação de animais foi de grande representatividade, mesmo para aqueles que não possuíam terras próprias. Aparentemente, o rebanho também não precisava ser dos maiores para ser compensatório. Entretanto, a pecuária bovina, foi a de maior rebanho.

Como mencionamos no início do texto, quando discutimos os pressupostos teóricos sobre a decadência de Minas depois do *boom* minerador, a grande exceção que a vertente historiográfica do sentido da colonização voltada para mercados externos à colônia foi em relação à pecuária. Em sua obra, Caio Prado Júnior, precursor dessa vertente, deixou clara a importância da pecuária para a economia colonial. Nesse sentido, ao considerar as três regiões mais importantes na criação de animais, destacou a parte meridional da capitania de Minas. Nela estava inserida a então comarca do Rio das Mortes, região onde se situava a vila de Barbacena. Segundo o autor, a comarca congregava várias características importantes para a disseminação dessa atividade, tais como:

Rios volumosos, como o rio Grande e seus principais afluentes, Mortes, Sapucaí, Verde, ramificados todos numa densa rede de cursos d'água, todos ao contrário dos do Nordeste, perenes; uma pluviosidade razoável e bem distribuída, fazem desta região, em oposição à outra, uma área de terras férteis e bem aparelhadas pela natureza para as indústrias rurais. (...) A vegetação também o favorece, particularmente para os fins da pecuária. A densa mata que cobre a serra a leste sul, e que vem desde o litoral, interrompe-se nestas altitudes que oscilam em torno dos mil metros, e dá lugar a capões apenas que se refugiam nos fundos úmidos e abrigados, deixando os altos descobertos, com uma vegetação herbosa que dá boa forragem.⁴⁴

Seja o rebanho bovino ou não, fato é que a região da comarca do Rio das Mortes foi um local propício para a disseminação de atividades de criação. Podemos perceber a importância da criação de animais nessa região pela tabela abaixo.

Tabela 03: Distribuição, presença, número médio e percentual de animais (1791-1822).

Rebanho	Número de Animais	Número de Proprietários	Média de posse	% em relação ao total de animais
Bovino	8655	206	42	44,93
Suíno	5438	112	48,6	28,23
Eqüino	1422	193	7,37	7,4
Muar	1085	126	8,61	5,63
Bois de Carga	1114	129	8,64	5,78
Ovino	1139	42	27,2	5,91
Caprino*	409	24	17,04	2,08
Total	19262			

* Aqui referimo-nos somente ao carneiro, uma vez que, as ovelhas estão separadas.

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretaria de Vara Cível.

Dos 302 processos coligidos, os animais tiveram presentes em 258 (85,43%). Uma disseminação também muito significativa, quando percebemos que o ativo de maior representação,

⁴⁴ JÚNIOR, Caio Prado. Op. cit. p. 197-198.

os bens de raiz, estiveram presentes em 231 inventários. A média relativamente elevada (42) e a posse disseminada do rebanho bovino indicam a importância econômica dessa criação para a região, despontando, assim, como o principal rebanho (44,93%).

Fizemos distinção dos bois de carga, por estes provavelmente não serem tão recorrentes no mercado, e sim utilizados internamente. Esse rebanho servia, em fazendas com roças e colheitas, como puxadores dos carros-de-boi para levar o milho da roça para o paiol, como força motriz nas unidades que percebemos a constituição de lambique e engenhos, provavelmente com canavial. Também eram utilizados como transporte para levar alguns produtos das fazendas até os mercados mais próximos.

A pecuária bovina de Minas Gerais, além de contar com as condições climáticas e de relevo favoráveis a seu desenvolvimento, também possuía uma série de outros fatores que a distinguiam das criações de outras regiões. Havia uma superioridade técnica. Segundo Caio Prado, as instalações eram mais complexas, contando com currais, ou seja, dependências adequadas para tornarem o leite próprio para o comércio. A fazenda era dividida internamente, o que proporcionava pastos diferentes para vacas e touros e, por consequência, era possível controlar melhor as crias⁴⁵. O solo também era melhor cuidado, uma vez que, as queimadas chegavam a ser substituídas pelo chamado capim gordura, propício para a alimentação do gado ou, então, utilizava-se a divisão em quatro partes, queimando alternadamente a vegetação.

Por ser uma região também agrária, o gado podia contar com um suplemento alimentar como o milho. Já analisamos que foi muito comum a consorciação destas duas atividades no território analisado. O gado contava ainda, com o sal que era distribuído regularmente, já que o solo dessa região não era salitre. Um benefício duplo, segundo Caio Prado Júnior. Além de não ingerir o barro que viria com o sal do solo, o ato de conceder sal aos animais facilitava sua domesticação, pois eles passavam a se habituar com os currais, com os coxos e, principalmente, com os homens que faziam sua distribuição⁴⁶. Mas, ao que parece, nem sempre foi o rebanho bovino que predominou na criação dessas paragens.

Em sua tese de doutorado, Carla Almeida analisou comparativamente os rebanhos das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes⁴⁷. As análises da autora em muito ajudam a percebermos a dinâmica aventada em nossa região, que não deixa de fazer parte do Rio das Mortes. Sua pesquisa constatou que no período de 1750 a 1779, houve predomínio do rebanho suíno nas duas comarcas. Já entre 1780 a 1822, na comarca do Rio das Mortes, passou a predominar o rebanho bovino, enquanto na de Vila Rica o predomínio de suínos aumentou em detrimento do bovino. Segundo Carla Almeida:

A comarca de Vila Rica, não contando com grandes extensões de campos adequados a uma produção em grande escala, estava mais apta a incrementar a produção mercantil de suínos que exigia menos do meio geográfico. A criação de suínos não dependia da existência de pastos naturais⁴⁸.

Para a autora, o amplo predomínio do rebanho suíno no primeiro período abordado nas duas comarcas, justifica-se, porque, nesse período, a criação ainda estava voltada principalmente para o abastecimento dos núcleos mineradores. Entretanto o alargamento do mercado do Rio de Janeiro fez aumentar a necessidade e a procura pelo rebanho bovino, modificando, drasticamente os dados sobre esse rebanho na comarca do Rio das Mortes. De 38% de representatividade dos rebanhos entre 1750 e 1779, o rebanho bovino passou a representar 51,1% entre 1780 a 1822. Em caminho oposto, e em queda acentuada estiveram os suínos que representavam 50,4%, no primeiro período, e passaram para 22,7%, no segundo período.⁴⁹

⁴⁵ Ibidem. p. 198-201.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 122-132.

⁴⁸ Ibidem. p. 124.

⁴⁹ Ibidem. p. 126.

Os dados referentes à freguesia da vila de Barbacena informam que desde 1791, o rebanho bovino já predominava. No período de 1791 a 1801, primeiro sub-período de nossas análises, encontramos a seguinte conformação: dos 69 inventários levantados, 41% apresentavam-se com rebanhos de bovinos totalizando 2119 cabeças, enquanto encontramos 38% de inventariados proprietários de suínos com 1493 animais. Para o último sub-período (1813-1822), chegamos ao seguinte resultado: dos 137 inventários, 65% eram proprietários de 4360 cabeças de bovinos, enquanto 45% eram proprietários de 2898 cabeças de suínos.

Dessa forma, percebemos que houve um aumento na criação de ambos os rebanhos, apesar do aumento do bovino ter sido mais significativo. Esses dados mostram a grande vocação pecuarista da região, com a criação mais voltada para o gado bovino e sua importância cada vez maior, como observou Carla Almeida. Desde a segunda metade do século XVIII, a capitania de Minas, particularmente a comarca do Rio das Mortes, já fornecia gado para o Rio de Janeiro⁵⁰. No início do século XIX, principalmente após a chegada da Corte, em 1808, a demanda de gado mineiro, porcos e derivados só fez aumentar. Por isso, percebemos o aumento percentual em ambos rebanhos (bovinos e suínos).

Vale destacar que Alcir Lenharo, em trabalho pioneiro, conseguiu demonstrar a importância do Rio de Janeiro como “o pólo drenador de gêneros de abastecimento do Centro-Sul”⁵¹, em especial o sul de Minas. Ao cruzar os dados estatísticos elaborados por Eschwege com os relatos dos viajantes e os códices sobre tropeiros, do Arquivo Nacional, o autor conseguiu demonstrar a proeminência desse comércio, ou seja, “havendo mercado, havia produção que crescia correspondentemente à sua dilatação”⁵².

Embora a diversificação tenha marcado o cenário da economia mineira, algumas comarcas se especializaram na produção de certos gêneros, que tinham como destino o mercado de outras capitanias. Pelo que podemos aventar, a partir do nosso e de outros trabalhos já citados na pesquisa, a comarca do Rio das Mortes tinha na pecuária e em seus derivados os gêneros de maior importância destinados ao mercado do Rio de Janeiro. Em sua tese de doutorado, Cláudia Chaves destaca as “vantagens comparativas” que marcaram o território mineiro. A partir de relatos, memórias e cartas administrativas sobre relações comerciais, a autora pondera que a produção e comercialização das várias regiões do território mineiro foram marcadas por diferenças oriundas dos “obstáculos derivados da dificuldade de acesso, de um equivalente universal de troca e de sua divisão interna recoberta por barreiras alfandegárias”⁵³. Esse aspecto foi responsável pelo surgimento de, apesar da diversificação em Minas Gerais, diferenças com relação às produções, suas especificidades e formas de acesso a mercados⁵⁴.

No tocante ao gado, encontramos uma justificativa para a efervescência do comércio desse rebanho na região em estudo. Além de ser de melhor qualidade, pelas condições anteriormente aventadas no texto, o gado da região da comarca do Rio das Mortes, chegava ao Rio de Janeiro mais em conta em relação aos de outras regiões de Minas. Isso em virtude das distâncias e também pelas variações na cobrança de direitos de entrada, uma vez que os criadores do Rio das Mortes eram isentos dessa taxa sobre seus rebanhos⁵⁵.

Outra forma de percebermos o grau de mercantilização da produção pecuarista, em especial do gado bovino na região, é analisarmos o tamanho médio dos rebanhos. Pela tabela 16, percebemos que a média dos rebanhos bovinos foi de 42 cabeças por proprietário. Esse número é bem expressivo para indicar a mercantilização dessa produção. Apesar de não chegar ao número

⁵⁰ JÚNIOR, Caio Prado. Op. Cit. p. 198

⁵¹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 41. Mais recentemente João Fragoso reforçou esta ligação. Ver: FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura...* Op. cit.

⁵² Ibidem. p. 85.

⁵³ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos no Brasil: Integração e Mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Niterói: UFF, 2001. (tese de doutorado). p. 305-316.

⁵⁴ Ibidem. p. 306

⁵⁵ Idem.

médio de 76 cabeças, para a comarca do Rio das Mortes⁵⁶ (encontrado por Carla Almeida no período de 1780 a 1822) e de 73 cabeças encontrado para a vila de Campanha da Princesa⁵⁷ na primeira metade do século XIX, esses dados não deixam de revelar um grande número para as conformações da região. A título de comparação, apesar das diferenças de espaço e tempo, podemos citar para o período de 1850-1888 o estudo de Hebe Castro para Capivari no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma área produtora de café e, em nenhum dos casos analisados, a autora encontrou fazendas que possuíssem rebanhos bovinos com pretensões comerciais. A maioria apresentava-se quase toda ligada à produção doméstica de leite e ao transporte (carros de boi)⁵⁸. Desta forma, a média de gado vacum nas fazendas de Capivari foi de 15,2 cabeças, nas fazendas, e de 7,2, nos sítios, num município que continha 15.584 almas em 1856⁵⁹, enquanto, no ano de 1819, toda a freguesia da vila de Barbacena era composta de 8.126 almas. Portanto, percebemos ser a média de 42 cabeças de bovinos um indicativo do grau mercantil dessa produção, mesmo não sendo maior do que outros termos da comarca.

Pelas tabelas 04 e 05, também podemos testar o grau de mercantilização da criação de gado bovino, através da distribuição por faixas de tamanho do rebanho.

Tabela 04: Distribuição do gado vacum por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas na CRM* – 1750/ 1822.

Tamanho do rebanho	Nº de Ups**	% do total	Nº total do gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	31	25,6	170	1,8	5
11 a 30	39	32,2	704	7,7	18
Mais de 30	51	41,2	8.318	90,5	163
Total	121	100	9.192	100	76

*CRM – Comarca do Rio das Mortes

** Ups – Unidades Produtivas

Fonte: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 139

⁵⁶ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 139. Aqui vale destacar que apesar do trabalho da autora fazer referência à comarca do Rio das Mortes, Carla Almeida trabalhou, especificamente, com os termos de São João Del-Rei e de São José.

⁵⁷ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Niterói: UFF, 2005. (tese de doutorado). p. 97. A vila de Campanha da Princesa vai compor o termo de Campanha na comarca do Rio das Mortes.

⁵⁸ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 50.

⁵⁹ Ibidem. p. 17.

Tabela 05: Distribuição do gado bovino por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas – Barbacena (1791-1822).

Tamanho do rebanho	Nº de Ups	% do total	Nº total do gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	96	46	449	5,18	4,67
11 a 30	51	25	970	11,20	19,01
Mais de 30	59	29	7236	83,40	122,64
Total	206	100	8655	100	42,01

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretaria de Vara Cível.

A tabela 04 nos traz a conformação do rebanho da comarca do Rio das Mortes, através do trabalho de Carla Almeida. Segundo as conclusões da própria autora:

(...) na Comarca do Rio das Mortes, predominavam os rebanhos com mais de 30 cabeças que representavam 41,2% das unidades produtivas com presença destes animais. Nesta comarca, uma parcela significativa das fazendas (32,2%) possuía de 11 a 30 cabeças concentrando não mais que 7,7% do gado vacum. Somente 25,6% dos proprietários eram criadores de menos de 11 cabeças e concentravam uma ínfima parte do rebanho, 1,8%. Em outras palavras, o mais surpreendente nesta comarca era a imensa concentração do rebanho principalmente se comparada com a comarca de Vila Rica. No Rio das Mortes, 57,8% das unidades produtivas detinham não mais que 9,5% do gado, enquanto 41,2% concentravam 90,5% dos animais.⁶⁰

Esse predomínio de extensas propriedades com criação de gado bovino que concentravam grande parte dos animais são indicadores de uma prática pecuária para o mercado. Em comparação com Vila Rica, onde a pecuária bovina era predominantemente para o consumo doméstico, 80% dos proprietários eram detentores de plantéis de até 10 animais e concentravam 40% dos bovinos⁶¹.

A partir desses dados, montamos a tabela 06 para a vila de Barbacena. Em tal vila, havia maior predomínio dos rebanhos nos grandes plantéis, demonstrando sua clara vinculação com a comercialização deste. Entretanto os dados chamam a atenção para a maior concentração de gado nas mãos de menos proprietários. Em Barbacena, 71% dos proprietários detinham 16,38% do gado, enquanto 29% de criadores concentravam 83,40% dos animais. Confirma esse caráter concentrador o fato de que 29 proprietários (14,07%) possuíam mais de 100 cabeças, sendo que estes detinham 64,51% (5.584) de todo o rebanho bovino. Uma concentração maior até mesmo do que a dos grandes proprietários do sul de Minas.

Marcos Andrade analisou os 64 maiores proprietários da vila de Campanha da Princesa. Constatou que 12 (19%) destes possuíam rebanho acima de 100 cabeças e concentravam 59% (2.879) do gado bovino⁶². Portanto, o caso de Barbacena demonstra claramente que, nessa região, apesar de disseminada a criação de gado bovino, poucos foram os grandes proprietários que conseguiram aventar um alto grau de rentabilidade a partir da pecuária. Assim, embora existisse possibilidades de riqueza na região (cujo sistema econômico se reproduzia valendo-se da forma extensiva por causa da disponibilidade de terras), não observamos as mesmas condições de enriquecimento para todos os indivíduos. De qualquer forma a criação, mesmo para os pequenos, era uma via de acumulação. Vejamos a composição da riqueza do maior criador de gado bovino na vila de Barbacena.

Francisco Ferreira Armonde, alferes, natural e batizado na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da vila de Barbacena, faleceu do dia 03 de maio de 1814 e era morador na fazenda Moinhos, no termo da vila. Estava no seu segundo consórcio com Felizarda Maria Francisca de Assis e tinha 12 filhos. Sabemos que sua primeira esposa teve inventário realizado no ano de 1775,

⁶⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 133-134.

⁶¹ Idem.

⁶² ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. cit. p. 96.

um indício de todos os filhos serem da segunda núpcias, uma vez que o mais velho estava com 37 anos em 1814, ou seja, uma diferença de 39 anos depois da abertura do inventário da primeira esposa de seu pai⁶³. No seu inventário, foram registrados 525 cabeças de gado vacum, 46 de bois de carro, 250 cabeças de suínos, 71 cabeças de muares, 76 cabeças de eqüinos e 90 cabeças de ovinos. Trata-se do maior rebanho encontrado na pesquisa. Toda a criação representava 17,65% do monte e alçava o valor de 3:976\$180 contos de réis.

Além dessa avolumada criação, o alferes Francisco Ferreira Armonde também possuía o segundo maior plantel de escravos da região e a segunda maior riqueza, que somava 22:515\$440 contos de réis. Sua unidade possuía 81 escravos que representavam 33,15% da riqueza, enquanto os bens imóveis representavam 39,08%, congregando a maior parte dos investimentos da família, divididos em duas fazendas. A fazenda denominada Muinho que se compunha de “(...) *casas de vivenda, moinho, monjolo, paiol, senzala, tudo coberto de telhas, quintal com benfeitorias tudo cercado e murado de pedra, que se compõem de campos de criar e terras de cultura (...)*”⁶⁴, foi avaliada em 5:200\$000 contos de réis. A outra fazenda, denominada de Bairros, localizada abaixo da serra ao pé da Mantiqueira, na freguesia e termo de Barbacena, era composta de “(...) *terras de cultura e casas de telha térreas, com moinhos coberto de telha e monjolo coberto de capim com dois paióis de pedra cobertos de telha com quintal cercado de madeira com árvores de espinho e outras benfeitorias*”⁶⁵ (...). Esta propriedade foi avaliada em 3:600\$000 contos de réis.

Pela descrição das propriedades, podemos perceber que essa unidade produtiva conjugava a agricultura com a pecuária, já que, na realização do inventário, foi relatado que, em ambas fazendas, havia terras de culturas, apesar de não termos localizado a descrição de nenhuma produção agrícola. Entretanto, além da menção às terras de culturas, encontramos a presença de 46 bois de carga. Como já mencionamos, esses animais eram importantes para o transporte das plantações da unidade até os paióis e, até mesmo, para mercados bem próximos à fazenda. Como não encontramos a descrição de nenhum produto agrícola, é bem provável que sua produção estivesse reduzida ao consumo interno da unidade, seja para o trato dos animais, seja para o consumo doméstico. Um indício deste último é a presença de dois fornos de torrar farinha. Apesar de já estarem velhos, demonstram que a unidade se dedicava à produção de mandioca e ao seu beneficiamento em farinha.

Muito provavelmente essa produção se relacionava diretamente ao grande número de escravos, os quais tinha neste alimento sua dieta básica. Os próprios moinhos presentes nas fazendas demonstram a plantação do milho e seu beneficiamento em fubá, ou seja, revelam mais uma produção para consumo próprio, retirados a fração da plantação destinada aos animais. A propriedade contava ainda com seis rodas de fiar e um tear que, provavelmente, se destinavam à fiação da matéria prima fornecida pela presença de 90 cabeças de ovelhas presente entre os animais desta unidade.

Salta da conformação da riqueza dessa unidade uma base forte na pecuária com a diversificação de várias outras atividades. O elevado número de muares também indica o grau de mercantilização que a própria unidade era capaz de aventar, uma vez que sugerem a formação de tropas e, assim, a relação com mercados mais distantes. Pelo observado na pesquisa, a grande possibilidade de diversificação era a lógica que movia a geração de riqueza.

Segundo Witold Kula, (...) *a maioria dos artigos a produzir não são para vender, mas sim para não ter de os comprar, ou seja, para aproveitar melhor o dinheiro obtido pelos únicos produtos que interessam verdadeiramente: os produtos exportáveis (...)*⁶⁶. Acreditamos que podemos proceder a uma análise semelhante ao modelo do feudalismo polonês de Kula para a sociedade em foco. Já demonstramos que as possibilidades de enriquecimento e mercantilização das atividades estiveram abertas aos vários extratos da sociedade. Entretanto, as pessoas que não tiveram acesso privilegiado à terra restringiram-se a mercados puramente locais com menor índice

⁶³ Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira Armonde. AHMAS; Código: 2; Caixa: 20; Ordem: 18.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ KULA, Witold. Op. cit. p. 35.

de entesouramento. O caso do alferes Francisco Ferreira Armonde exemplifica bem o fato das possibilidades de diversificação e, por conseqüência, o acesso a atividades de âmbito mercantis maiores serem privilégios de poucos. Esses poucos estavam ligados ao acesso da terra desde os primórdios da ocupação da região. A partir de um levantamento das sesmarias concedidas ao longo do século XVIII para a freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (vila de Barbacena), realizado pelo historiador André Figueiredo⁶⁷, encontramos a concessão da sesmaria de meia légua de terras na fazenda do Moinho na Borda do Campo no dia 21 de janeiro de 1760. Por ocasião da concessão, o beneficiário dessa mercê foi o senhor Manuel Ferreria de Armond. Pelo alcance desta pesquisa não foi possível estabelecer o parentesco direto com o inventariado Francisco. Entretanto, pelo mesmo sobrenome e o nome da mesma fazenda em ambos os documentos (sesmaria e inventário), podemos considerar tratar-se da mesma unidade produtiva e da mesma família.

Apesar da concessão ter ocorrido no início do ano de 1760, consta ser uma propriedade de posse antiga e estar relacionada à agricultura. Portanto, podemos dizer que essa unidade provavelmente passou de núcleo produtor de alimentos para abastecimento da então região mineradora em meados do século XVIII, para a maior unidade agropecuarista da região no início do século XIX. Dentro do que propúnhamos demonstrar nesta parte do texto, exemplifica a importância da pecuária e, principalmente, do rebanho bovino, para os mercados externos à capitania. Com uma criação tão grande, o gado bovino era remetido para o abastecimento da Corte. Atividade esta capaz de gerar um grau de liquidez muito maior do que a comercialização meramente local.

Chama a atenção, nessa propriedade, o grande número de escravos. Carla Almeida encontrou, para os dois maiores proprietários de gado bovino dos termos de São João Del-Rei e São José, uma baixa inversão em mão-de-obra escrava em relação à pecuária. Numa unidade produtiva de 800 cabeças de gado vacum, existiam somente nove escravos, sendo quatro crianças e dos adultos somente dois eram do sexo masculino⁶⁸. Para a autora, essa conformação veio confirmar a associação feita pela historiografia sobre a baixa relação rebanho/ mão-de-obra escrava. Em nosso caso, a propriedade acima analisada, além de ser a de maior rebanho, é a segunda maior em número de escravos, totalizando 81 cativos. Com uma posse de escravos tão alta, podemos dizer que as considerações sobre baixa inversão de mão-de-obra escrava na pecuária devem ser matizadas.

Marcos Ferreira de Andrade também ressaltou o caso da vila de Campanha da Princesa, onde, segundo o autor, mesmo as unidades mais voltadas para a produção agropastoril demandavam grande contingente de cativos⁶⁹. Segundo Andrade, muitas vezes, as conclusões de baixa inversão são retiradas de uma leitura apressada dos viajantes e, mesmo, dos documentos oficiais⁷⁰. De fato, se atentarmos para algumas passagens do botânico Saint-Hilaire, em suas viagens no início do século XIX por Minas, encontramos afirmações do tipo: “*onde se explora a pecuária os escravos são, com efeito, bem menos necessários do que naquelas onde se extrai o ouro e se cultiva a cana-de-açúcar*”⁷¹. Em outras descrições, ele afirma ser “*desnecessários tantos braços para a criação dos rebanhos e além disso existem menos escravos nos lugares em que menos se envergonham os homens livres de trabalhar*”⁷². Entretanto, Alcir Lenharo já revelara as contradições de Saint-Hilaire, em relação à mão-de-obra empregada na pecuária. Segundo o autor, ainda que o viajante relegue o trabalho escravo somente para engenhos e lavras de ouro, Saint-Hilaire acaba por demonstrar o papel relevante que os escravos ocupavam tanto na criação de gado, na agricultura de subsistência ou na de exportação para Minas.

⁶⁷ APM. SC 127, flz. 73-74v.

⁶⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 135-137.

⁶⁹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. cit. p. 96.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagens às nascentes do Rio São Francisco. Apud: ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. cit. p. 96.

⁷² SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822). Apud: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 137.

Em nossa pesquisa, dos 29 maiores criadores de gado bovino⁷³ foi possível perceber que a média de posse de escravos era de 25 cativos por proprietário. Uma média bastante elevada para Minas, onde dois terços dos proprietários de escravos eram possuidores de cinco ou menos cativos⁷⁴. Aqui, poderíamos levar em consideração a variável sexo e idade para averiguar o percentual de homens adultos dessas escravarias os quais realmente estariam aptos a trabalharem na pecuária, mas, mesmo sem efetivar este cálculo, já demonstramos a importância dos escravos na pecuária. Ainda que a média de posse de cativos fosse bem menor, ela estaria dentro do padrão para a sociedade mineira.

Depois dessa longa digressão sobre a importância do gado bovino na composição do sistema econômico em voga, pensemos, agora, no rebanho suíno. Em várias partes do texto, sua importância, associada ao rebanho de bovinos, já ficou clara. Das 258 unidades que apresentaram animais, o rebanho suíno esteve presente em 112 (48,6%) e representaram 28,23% do total de animais. Um percentual menor do que o rebanho bovino que esteve presente em 80% das unidades com animais, representando 44,93% do total de animais. Apesar dessa diferença, o número médio de posse dos suínos foi maior do que o de bovinos, o que indica haver um excedente comercializado além do mercado local. Vejamos o padrão de distribuição do gado suíno, através das tabelas abaixo.

Tabela 06: Distribuição do gado bovino por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas na CRM* – 1750/ 1822.

Tamanho do rebanho	Nº de Ups**	% do total	Nº total do gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	16	18,0	84	1,7	8
11 a 30	20	22,5	650	13,2	33
Mais de 30	53	59,5	4.176	85,1	79
Total	89	100	4.910	100	55

*CRM – Comarca do Rio das Mortes

** Ups – Unidades Produtivas

Fonte: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons....* Op. cit. p. 139

Tabela 07: Distribuição do gado suíno por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas – Barbacena (1791-1822).

Tamanho do rebanho	Nº de Ups	% do total	Nº total do gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	17	15,17	104	1,91	6
11 a 30	45	40,17	905	16,64	20
Mais de 30	50	44,64	4429	81,44	89
Total	112	100	5438	100	48,55

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretaria de Vara Cível.

Novamente, analisamos a distribuição do gado suíno em comparação com a comarca do Rio das Mortes. Em ambas tabelas, percebemos a predominância de rebanhos na maior faixa (mais de 30 cabeças). Na comarca do Rio das Mortes, essa faixa concentrava 85,1% do rebanho, enquanto em Barbacena 81,44%. Encontramos essa mesma conformação para o rebanho bovino, o que nos leva a considerar que, assim como na comarca do Rio das Mortes, na vila de Barbacena, tanto a pecuária bovina quanto a suína eram direcionadas ao mercado. Confirma esse caráter concentrador o fato de que 15 proprietários (13,4%) possuíam mais de 100 cabeças, sendo que eles detinham 44% (2.392) de todo o rebanho suíno.

⁷³ Consideramos aqui os que possuíam acima de 100 cabeças.

⁷⁴ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 98.

Apesar dessa concentração, em comparação com a tabela 07, no que se refere à distribuição do rebanho suíno entre as faixas de 1 a 10 e de 11 a 30 cabeças de animais, a vila de Barbacena demonstrou uma maior distribuição com uma concentração menos acentuada do que a comarca como um todo. Vejamos agora a composição da riqueza da unidade com a maior criação do rebanho de suínos.

Félix Gonçalves da Costa era natural da freguesia e termo de Barbacena⁷⁵. Quando da realização de seu inventário, por ocasião de sua morte, deixou como viúva e inventariante a senhora Joana Martins de Jesus e mais onze filhos, dos quais seis já estavam casados. Eram moradores na paragem em um sítio chamado o Quilombo de Nossa Senhora das Dores da freguesia e termo da vila de Barbacena. Em seu inventário, foram registrados 483 cabeças de suínos, 12 de bois de carga, 27 de gado vacum, 03 muares, 20 eqüinos e 08 ovinos. O rebanho representava 5,96%, totalizando 825\$400 réis, do monte-mor que alçava o valor de 13:836\$514 contos de réis. O casal possuía 21 escravos que representavam 19,37% do valor dos bens.

Era nos bens imóveis que estavam concentrados a maior parte dos investimentos do casal. Nada menos que 64,25% de toda a riqueza inventariada. Suas propriedades consistiam em:

uma fazenda denominada o Gram Magor no distrito de Quilombo, que se compõe de duas sesmarias de matos e capoeiras, casas de vivenda de sobrado, paiol, moinho e chiqueiros, tudo coberto de telhas com arvoredos de espinho; uma morada de casas citas nesta paragem ao pé da capela ou ermida de Nossa Senhora das Dores do Quilombo, cobertas de telha as quais pertence ao casal a metade, e assim também um engenho imediato, as ditas casas cobertas de telhas com ferragens de aguilhões e moendas, assoalhado de tábua com moinho e sua ferragem e dois pições e assim um rancho mais junto ao dito engenho coberto também de telha, e mais benfeitorias e cercos; uma sesmaria de matos e capoeiras cultivadas sem benfeitorias citas neste distrito de Quilombo; duas sesmarias citas no distrito do Quilombo na paragem chamada Boa Vista do Serrote, que se compõem de matos e capoeiras cultivadas com paiol, chiqueiro coberto de telha, moinho e monjolo descoberto, cujas terras também benfeitorias de arvoredos de espinho; umas terras de cultura que compreendem mais de uma sesmaria e meia parte de duas, citas na paragem e lugar chamado Quilombo da capela de Nossa Senhora das Dores, que consta de matos e capoeiras de cultura; um território da referida ermida de Nossa Senhora das Dores, que consta de um pequeno terreno de capoeiras no meio das ditas terras declaradas das duas sesmarias do quilombo em que no dito território de logradouros da sobredita ermida tem o casal a metade⁷⁶.

Pela descrição dos bens imóveis, percebemos que, em torno da grande criação de suínos, essa unidade produtiva congregava várias outras atividades. Além das várias terras de cultura em diferentes locais, dos chiqueiros, Félix contava, em uma de suas propriedades, com um engenho e rancho de passageiros na mesma localidade, demonstrando a produção e a comercialização dentro da unidade. Pelo reduzido número de muares que possuía, apenas três, a maior parte de sua produção, deveria ser comercializada na própria unidade. O que era exportado para fora da capitania seria transportado por tropas de terceiros ou mesmo as suas, uma vez que elas vêm descritas no documento como “bestas arreadas de cargas”. Apesar de possuir 20 cabeças de eqüinos, na sua maioria eram ainda pequenos, sendo 10 potros, 09 éguas parideiras e um cavalo. A discriminação de éguas parideiras e de potros chama a atenção também para uma criação voltada para a comercialização.

Por possuir um rancho, essa unidade congregou outros ofícios que pudessem ser executados para as pessoas que por ali passassem ou, até mesmo, para a localidade. Além do engenho, que produziria o açúcar, encontramos na descrição dos bens móveis um alambique, demonstrando a produção de aguardente. Também encontramos várias ferramentas relacionadas ao ofício de ferreiro, como bigornas, barra de ferro, forno de ferreiro e ferramentas de carpintaria como serras,

⁷⁵ Inventário *post-mortem* de Félix Gonçalves da Costa. AHMAS; Código: 1; Caixa: 36; Ordem: 13.

⁷⁶ Idem.

formões, enxó e juntoura⁷⁷. Notamos, ainda, a presença do número expressivo de 145 carros de milho estocado, além de uma grande lavoura, que juntos representaram 2,22% da riqueza inventariada. Essa média era bem superior a presença de roças e colheitas para a região: em torno de 1% para todo o período da pesquisa. Pelo que podemos aventar, a presença de roças e colheitas descritas em separado nos inventários, sem contar quando estas apareceram embutidas nos bens imóveis, caminham para uma constante considerável, quando se tratar de uma maior presença de rebanhos suínos. Dos 112 proprietários arrolados com suínos, 50% destes apresentaram roças e colheitas, enquanto das 206 unidades com gado bovino, apenas 29,61% apresentaram esse ativo.

Acreditamos que o maior consórcio da agricultura com a criação suína deva-se ao fato de que a área de terra utilizada para esse tipo de rebanho ser bem menor do que a área necessária para a criação de gado bovino. Dessa forma, parece que podemos dizer que, nas unidades mais especializadas nesse tipo de criação, a diversificação das atividades esteve em maior evidência. Podemos até indagar sobre o menor tempo gasto no trato com os suínos em relação aos bovinos.

De qualquer forma, a unidade produtiva acima analisada demonstra o caráter multiplicador que a criação de suínos era capaz de promover nas propriedades. Além disso, a presença de um grande plantel de escravos também apareceu como um imperativo. Nesse caso, apesar de carecermos de comprovações, podemos indagar se os escravos estavam, em sua maioria, dedicados à criação de suínos. Muito provavelmente, revezavam-se nas várias frentes de trabalho que essa unidade congregava, seja agrícola, seja de ofício mecânico, no rancho ou no engenho.

O exemplo do maior proprietário de bovinos e o maior de suínos nos chama a atenção para a diferença de riqueza engendrada entre ambos. Essas diferenças demonstra o caráter diversificado tanto da agricultura quanto da pecuária local, a qual permitia igualmente uma grande diversidade nas opções de investimentos.

Além do rebanho de bovinos e suínos, devemos também analisar a estrutura apresentada pela tabela 05 com relação aos eqüinos e suínos. Essa tabela revela um maior rebanho de eqüinos do que muares. Segundo Carla Almeida, dois fatores devem ser considerados para explicação da maior presença de eqüinos do que muares, na comarca do Rio das Mortes. Apesar de o gado muar se destacar por ser mais resistente e ser utilizado preferencialmente como meio de transporte de cargas e, muitas vezes, como tração animal, devemos considerar a existência de uma criação de eqüinos para serem comercializados. Depois, a maior proximidade com o Rio de Janeiro e as melhores condições do relevo desta comarca em relação a outras parte de Minas podem ser o indicativo da maior presença de eqüinos⁷⁸. Entretanto, segundo a mesma autora, apesar do gado muar não ultrapassar o eqüino, houve um surpreendente aumento da presença deste entre os proprietários nos dois períodos analisados em sua pesquisa.

Entre os anos de 1750-1779, o gado muar estava presente em apenas 2% dos rebanhos da comarca. Já entre 1780 a 1822, passou para a marca de 22%. Para os mesmos períodos, os eqüinos representaram 54,9% e 56,3%, respectivamente, ou seja, quase não houve alteração, enquanto o gado muar cresceu significativamente. Assim, os dados demonstram a crescente mercantilização da produção agropecuária de Minas no início do século XIX, uma vez que a demanda por esse tipo de animal cresceu concomitantemente com a dinamização da produção destinada ao mercado do Rio de Janeiro⁷⁹.

A fim de testar essa conformação para a região que analisamos, procedemos à análise do percentual do gado muar e eqüino para o primeiro (1791-1801) e último (1813-1822) sub-períodos da nossa pesquisa. Os dados que encontramos foram os seguintes: enquanto o rebanho eqüino apareceu em 74% dos processos de inventários, no primeiro, e em 81%, no segundo período, o gado muar saiu da casa de 37%, no período de 1791 a 1801, para a faixa de 58%, no último período da pesquisa, ou seja, a vila de Barbacena acompanhou a dinâmica apresentada para a comarca do Rio das Mortes.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 118 e 131.

⁷⁹ Ibidem. p. 129.

Outros grupos de animais apareceram na pesquisa, a saber, os carneiros e ovelhas. Para Caio Prado Júnior, a criação desses animais era bastante difundida em Minas, pois os mineiros se utilizavam principalmente da lã. Dela, teciam-se panos grosseiros com que se vestiam os escravos, “e que se usa também na confecção destes chapéus de abas largas e copa reduzida, característica dos mineiros”⁸⁰. Das 258 unidades produtivas com presença de animais, encontramos 66 (26%) com presença de ovelhas e carneiros⁸¹. Dessas unidades, 64% criavam ovelhas e 36% criavam carneiros, sendo que não encontramos nenhuma unidade que congregasse os dois tipos. Juntos, os dois rebanhos representavam 8% de todos os animais da freguesia de vila. Apesar do menor número, se comparado aos rebanhos bovinos e suínos, esse tipo de criação tinha grande importância na dinamização das atividades do sistema econômico. O fato de não encontrarmos ovelhas e carneiros no mesmo rebanho pode ser explicado pelo papel desempenhado por cada um dos animais.

Se formos aos mapas de importação e exportação de Minas Gerais, com informações para o primeiro quartel do século XIX, encontraremos, em alguns (Mantiqueira, Porto do Cunha, Rio Preto), a presença de exportação de carneiros a unidade e, em nenhum caso, notaremos a presença de ovelhas sendo exportadas⁸². Nas “Notícias e Reflexões Estatísticas da Província de Minas Gerais”, de autoria de Von Eschwege, também encontramos a presença de carneiros sendo exportados em cabeças nos anos de 1818 e 1819⁸³. Nessa fonte, também não encontramos menção à exportação de ovelhas. Portanto, o que queremos sugerir é que houve na região estudada uma produção de carneiros menos voltada à produção da lã e mais voltada para sua comercialização em cabeça.

Caio Prado Júnior faz referência às impressões de dois viajantes com relação ao consumo de carne de carneiro. Segundo o autor, Saint-Hilaire notou que, no Brasil, só excepcionalmente comia-se a carne de carneiro. Já Luccock “observa que no Rio de Janeiro era só a colônia inglesa que a incluía na sua dieta, o que, aliás, provocou nos arredores do Rio, depois da abertura dos portos e afluência de estrangeiros, um certo progresso da criação daqueles animais”⁸⁴.

A criação de ovelhas esteve mais relacionada ao incremento da produção têxtil em Minas Gerais, uma vez que o mapa de produção, consumo e exportação das paróquias do termo da vila de Barbacena do ano de 1806 demonstrou que todas as ovelhas da produção não foram exportadas, sendo utilizadas internamente. Esse aspecto indicia que as ovelhas eram geradoras de matéria-prima para a indústria têxtil. De qualquer modo, para a comarca do Rio das Mortes, o rebanho de caprinos⁸⁵ teve um aumento surpreendente nas unidades produtivas.

Entre 1750-1779, apareceu em 3,9% das unidades com animais e passou para 23,3% entre 1780 a 1822⁸⁶, um percentual muito próximo ao encontrado em nossa pesquisa (26%). De fato, para a vila de Barbacena percebemos um incremento na criação de caprinos e ovinos entre 1791 a 1822. No primeiro sub-período da pesquisa (1791-1822), das 62 propriedades com animais, 9,67% possuíam caprinos e 17,74% possuíam ovinos. Já entre 1813 e 1822, das 115 unidades produtivas inventariadas com criação, 14,78% possuíam carneiros e 15,65% possuíam ovelhas. Por meio desses dados, não percebemos, com relação aos caprinos, um aumento percentual e, em relação às ovelhas, um decréscimo. Entretanto, somados carneiros e ovelhas, notamos um aumento geral de

⁸⁰ JÚNIOR, Caio Prado. Op. cit. p. 202.

⁸¹ Apesar de serem da mesma família (a ovelha é a fêmea do carneiro), optamos por trabalhar com os dados de cada sexo em separado, pois, em nenhuma unidade, encontramos os dois tipos criados conjuntamente, o que pareceu ser uma especificidade. Para os termos de São João Del-Rei e São José da comarca do Rio das Mortes, Carla Almeida trabalhou somente com a denominação genérica de caprinos. Ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 114-140.

⁸² Mapas de importação e exportação de Minas Gerais. Documentos avulsos: Presidência da Província e Casa dos Contos. APM. Apud: CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos do Brasil...* Op. cit. p. 322-339.

⁸³ LENHARO, Alcir. Op. cit. p. 78-81.

⁸⁴ JÚNIOR, Caio Prado. Op. cit. p. 202.

⁸⁵ Lembrando que os dados para a comarca do Rio das Mortes não especificam se caprinos se referem somente a carneiros. Trabalhamos com a idéia que o trabalho conjugue carneiros e ovelhas.

⁸⁶ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 129.

27,41% para 30,43% no último período. Poderíamos considerar esse aumento sem significância, já que pouco aumentou em números percentuais as unidades que criavam esses animais. Entretanto, aliado a esse relativo aumento de unidades produtivas, houve um crescimento dos rebanhos. De uma média de 11 carneiros e 18 ovelhas por proprietário (1791-1801), passamos para 18 e 30 cabeças destes animais, respectivamente, entre 1813 a 1822, ou seja, as unidades incrementaram suas criações.

Dessa forma, uma variável que ajudou a compreender a ligação desses animais à produção têxtil foi a presença de teares e rodas de fiar nos inventários coligidos. Encontramos teares em 104 (34,44%) processos, totalizando 108 aparelhos, além de rodas de fiar, em 34 processos (11,25%), com um total de 77 rodas. Vale ressaltar que 27 processos (68%) com roda de fiar estavam relacionados também à presença de teares. Do total de inventários com a presença desses instrumentos (111), 36% (40) apresentaram a criação de ovinos em 90% dos casos, sendo os outros 10% de caprinos. Tais dados sugerem a ligação da criação do rebanho de ovino à atividade têxtil, como no caso do inventariado Manoel Carvalho Duarte⁸⁷. No ano de 1813 foi realizado o levantamento dos bens deixados por esse senhor que era casado, pai de onze filhos e o proprietário do segundo maior rebanho de bovinos abarcados pela pesquisa. Além desse rebanho, Manoel possuía, quando da sua morte, 53 cabeças de ovelhas. Encontramos, ainda, na descrição de seus bens, um tear e sete tesouras de tosar ovelhas, o que demonstrou a finalidade do rebanho de ovinos: através da tosa, fornecer a lã necessária para o trabalho no tear.

Por outro lado, percebemos que a atividade têxtil não se desenvolveu somente a partir da criação de caprinos. O algodão foi uma outra matéria-prima amplamente utilizada nessa atividade. É certo que, para o nosso período, não percebemos, nos inventários, plantações de algodão, contudo acreditamos que essa atividade fora recorrente, uma vez que, como foi bem observado por Luccock, em 1818, e Robert Walsh, era manufaturada por mão-de-obra livre e escrava, unindo-se a um comércio exportador muito desenvolvido. John Luccock, quando esteve em Barbacena, dirigiu-se à localidade de Registro Velho, onde *o objetivo principal de minha (sua) visita ao lugar era o de examinar a Fábrica de Tecidos de Algodão e Lã que por cinquenta anos estivera em funcionamento, produzindo mercadorias afamadas por sobre grande extensão do território brasileiro*⁸⁸. Entretanto, o fato de não encontrarmos grandes plantações de algodão em nossa pesquisa não significa que a atividade têxtil ficasse prejudicada. Segundo Douglas Cole Libby⁸⁹, a produção têxtil doméstica não dependia da produção próxima do algodoeiro. Minas Gerais possuía uma ampla comercialização do algodão em rama dentro de seu próprio território, o que possibilitou a fabricação caseira em vários pontos da capitania. Essa era mais uma das várias atividades mercantis desenvolvidas em Minas.

Ao analisar mapas de população da capitania de Minas entre os anos de 1831 a 1840, Libby⁹⁰ percebeu o grande dinamismo da atividade têxtil. Constatou o enorme número de fiandeiras e tecedeiras, sendo que algumas eram especializadas somente em um dos ofícios. Raras eram as casas que não contavam com uma só artesã. Para o autor, a atividade têxtil desconhecia distinções por condição, idade ou grupo social, uma vez que o ofício era disperso por todas as classes sociais e regiões da capitania. Esse dinamismo tem origem, segundo o autor, no isolamento da região aurífera, em sua facilidade no cultivo do algodão (prática esta desenvolvida pelos indígenas há séculos) e, talvez a mais significativa delas, na necessidade imediata de abastecer as localidades de toda a província para fugir dos tecidos importados.

Como percebemos pelos nossos dados, essa atividade esteve presente na região da vila de Barbacena. Entretanto, para o nosso recorte cronológico e espacial, algumas considerações devem ser feitas. Como vemos somente em 34% dos processos de inventários é que encontramos teares e rodas de fiar, o que demonstra uma disseminação não muito grande. Entre 1791 a 1801, esse

⁸⁷ Inventário *post-mortem* de Manoel Carvalho Duarte. AHMAS; Código: 1; Caixa: 45; Ordem: 04.

⁸⁸ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1975. P. 356.

⁸⁹ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. p. 194.

⁹⁰ Ibidem. p. 186-208.

percentual foi de 30%, enquanto entre os anos de 1813 a 1822 esteve em 34%. Notamos, então, um pequeno crescimento. Todavia esse crescimento indica que, para o segundo quartel do século XIX, esses instrumentos podem ter sido mais disseminados na sociedade em foco. Outro fator a constatar dita sobre a posse desses instrumentos pela sociedade. Ao considerar a posse de escravos como um indicativo da riqueza dessa sociedade, podemos perceber se esses instrumentos eram dispersos por todos os grupos sociais no início do século XIX, como o foi posteriormente. Na sociedade mineira, pouco mais de dois terços dos proprietários de escravos possuíam cinco escravos ou menos⁹¹. Dessa forma, montamos a tabela abaixo, com a finalidade de fazer uma averiguação.

Tabela 08: Número de teares por faixa de posse de escravos

Faixa do plantel	1791-1801			1813-1822		
	Número de proprietário de escravos	Número de teares	% de teares por faixa de posse	Número de proprietário de escravos	Número de teares	% de teares por faixa de posse
01 a 05	21	03	14,28	60	15	25
06 a 10	13	08	61,53	38	11	28,94
11 a 20	16	06	37,5	21	12	57,14
Mais de 20	13	04	30,76	09	08	88,88
Total	63	21	33,33	128	46	35,93

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretaria de Vara Cível.

Através dos dados acima expostos, podemos auferir sobre a presença de teares pelos vários extratos sociais, seja no início do recorte temporal da pesquisa, seja em seu término. Recorremos a tal metodologia para tentar perceber as mudanças e/ ou permanências do sistema vigente. Assim, verificamos a presença de teares em todos os níveis de faixa de posse de escravos, no primeiro e no segundo sub-período. Entretanto, a faixa que congregava pouco mais de dois terços dos proprietários de escravos mineiros apresentou-se como a faixa de menor presença desse instrumento em ambos os períodos. No primeiro período, a faixa com maior presença de tear ficou entre 06 a 10 cativos, sendo que 61,53% de escravistas dessa faixa possuíam o instrumento.

Recorrente também era a presença de produtos estrangeiros nas vendas da vila. Tal presença explica-se, segundo Alcir Lenharo, por a cidade estar inserida nos circuitos mercantis mineiros, exportando para o Rio de Janeiro toucinho, queijo, algodão, gado bovino, mulas, galinhas e distribuindo dentro da comarca mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja, licores entre outros⁹².

Em nossa pesquisa, encontramos o inventário de Manoel da Costa Silva⁹³ que falecera no ano de 1819. Residente em uma morada de casas repartida em duas cobertas de telha, assoalhadas com terreiro e quintal e possuidor de outra morada de casas citas no arredor da vila, coberta de telhas, Manoel era possuidor de um patrimônio que totalizava aproximadamente três contos de réis. Pela composição de sua riqueza, tudo nos leva a crer tratar-se de um comerciante. Em seus bens, encontramos a descrição de “Fazenda Seca”. Segundo Cláudia Chaves, essa denominação referia-se a mercadorias que não eram produzidas em Minas⁹⁴. Através da descrição desses bens, realmente podemos corroborar a assertiva de Luccock, pois entre os mais de 40 itens listados notamos a presença de côvados de chita inglesa fina, dentre várias outras mercadorias do gênero de roupas, ferramentas e utensílios. Ainda segundo Chaves⁹⁵, esses gêneros faziam parte do consumo da população mais rica das Minas Gerais e eram encontrados à venda nos principais centros urbanos

⁹¹ Ibidem. p. 98.

⁹² LENHARO, Alcir. Op cit.. p. 73.

⁹³ Inventário *post-mortem* de Manoel da Costa Silva. AHMAS; Código: 01; Caixa: 73; Ordem: 04.

⁹⁴ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes*. Mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo: Annblume, 1999. P. 89

⁹⁵ Ibidem. p. 90.

da época. Para a autora, aos pobres e escravos, havia no mercado produtos locais que supriam as necessidades básicas alimentares, assim como de vestuário, pois eram produzidos em Minas tecidos de algodão e calçados mais rústicos.

É interessante perceber como a produção local era remetida para essas lojas. Na descrição do dinheiro que Manoel possuía, podemos perceber que ele havia remetido uma quantia a José Antônio de Castro Guimarães, para a feitura de um caixão de chapéu. Dessa forma, verificamos outras atividades que poderiam ser menos rentáveis do que a agricultura e a pecuária, mas que se faziam presentes, principalmente, dentro do espaço urbano da vila. Atividades como o ofício de carpinteiro, fornecendo à loja de “secos”, apresentam uma clara vinculação com a importância mercantil que a vila possuía.

A informação vem confirmar que, provavelmente, uma série de outros produtos eram produzidos localmente e postos à venda em estabelecimentos como estes, principalmente no que se refere a produtos alimentícios. Através da sua comercialização, comerciantes conseguiram adquirir escravos. Talvez também tenha sido lucrativo esse ponto para os fornecedores locais. Enfim, conseguimos aqui apreender outras atividades que não estavam ligadas propriamente à terra, mas que geraram liquidez suficiente para a reprodução de uma lógica escravista.

Podemos aferir também um dinheiro que Manoel remetera ao Rio de Janeiro para pagamento de várias remessas de fazenda seca para a loja, confirmando, mais uma vez, a ligação com mercados exteriores à capitania. Agora, por quem ele teria enviado esse dinheiro? Será que poderia ser por algum dos dez escravos que possuía? Pensamos nisso, ao tentar entender qual a finalidade desse bem para um comerciante. Nenhum dos escravos, aparentemente, possuía algum ofício declarado que pudesse estar ligado com a loja. Não há presença de terras. Somente uma outra casa. Dos escravos, sete eram do sexo feminino, apesar de três serem crianças.

Nas dívidas, podemos perceber que o crédito era generalizado na sociedade. Trinta e uma pessoas eram devedoras de Manoel, e a descrição do inventário nos revela serem por conta, por rol e por bilhete. Já, aparentemente, o inventariado não possuía dívidas com ninguém, mesmo mantendo contato com a praça do Rio de Janeiro para a aquisição de sua mercadoria. Isso vem corroborar o que a historiografia recente tem afirmado. Assim como existia a presença significativa de um mercado interno que possibilitaria a retenção de parte de excedente colonial, existia também “uma elite mercantil, originária de tais acumulações endógenas à qual caberia a apropriação e controle de parte do excedente retido na formação social”⁹⁶. Raphael Santos⁹⁷, em recente dissertação de Mestrado, nos fala que:

A explicação para o endividamento generalizado não está, muitas vezes, na impossibilidade financeira de saldar a dívida, mas no emaranhado de significados que um ato de conceder/contrair crédito possuía naquela sociedade. Em muitos casos, inclusive, era preferível ter uma dívida falida, mas um devedor fiel e prestativo, do que alguns mil réis na bolsa e a reputação abalada.

Nesse sentido, é interessante perceber, conforme a tabela 01, como o item dívida ativa foi muito significativo nessa sociedade (10,68% dos ativos). No caso do inventariado Manoel, ele possuía um motivo explícito para conceder e estabelecer relações creditícias, mediante a atividade que exercia. Mas e os outros? Certo é que eram raros os casos dos homens e mulheres que morriam sem nada estarem a dever ou sem nada lhes ser devido. No conjunto dos inventariados, observamos que 187 pessoas tiveram créditos, dívidas ou créditos e dívidas para serem pagas e/ ou recebidas por seus herdeiros.

⁹⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura...* p. 157.

⁹⁷ SANTOS, Raphael Freitas. “Devo que pagarei”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1713/ 1773. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Mestrado) p. 135.

Tabela 09: Tipos de relações de crédito nos inventários com referências a dívidas (1791-1822)

<i>Inventários</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Com créditos e débitos	78	41,70
Apenas com créditos	46	24,6
Apenas com débitos	63	33,7
Total de inventários com referências a dívidas	187	100

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHMAS, 1º e 2º Secretarias de Vara Cível.

Ao verificarmos o tipo de relações das dívidas que aparecem nos inventários, notamos que existe uma tendência dentro da sociedade da simultaneidade da posição de credor e devedor, em um mesmo indivíduo (41,70%). Essa situação indica movimento de concessão de crédito paralelo à formação de dívidas. Tal fato se dá pela multiplicidade de relações nas quais esses indivíduos estão envolvidos. Em contrapartida, percebermos maior número de devedores do que de credor indica uma certa concentração na concessão. Provavelmente, nem todos tinham algo para oferecer. De certa forma, os mecanismos de créditos, pelo menos os fornecedores dos maiores créditos, estavam restritos a um número pequeno de pessoas.

Poucas pessoas se destacaram como grandes credoras da vila. A esse respeito, podemos citar Antônio José Rabello Guimarães e sua esposa Maria Helena Bitencourt⁹⁸. Ele, português, natural do termo de Guimarães Arcebispado de Braga, e ela, natural da vila de Barbacena. Ao morrerem em 1791, possuíam um monte-mor de aproximadamente 11 contos de réis. Deste, cerca de 75% estavam concentrados nas dívidas ativas, concedidas como a crédito a 30 pessoas. Mesmo que uma das dívidas fosse relativa à testamentária do falecido Domingos Pires no valor de 3:546\$226 contos de réis e que ele fosse devedor de nove pessoas, a composição dessa dívida indica que, através do fornecimento de crédito, provavelmente, Antônio José conseguiria algum tipo de renda. Logicamente, comungava de outras atividades em seu sítio de cultura com casas de vivenda e paiol, cobertos de telha e localizados da paragem chamada Pinheirinho, que confrontava com a fazenda do Registro Velho. Possuía 17 escravos, além de duas sesmarias e uma morada de casas na vila de Barbacena.

Talvez mais exemplar ainda da dedicação a esse tipo de atividade tenha sido Domingos Gonçalves Braga⁹⁹. Outro português da região do Arcebispado de Braga radicado nas Minas, Domingos teve seu inventário aberto no ano de 1805. Quando falecera, já era viúvo, deixando três filhos todos casados, a saber, duas mulheres casadas (uma com um sargento-mor e outra com um capitão) além de um filho homem. Ao verificar a composição de sua fortuna, percebemos que cerca de 83,06% de sua concentração estavam nas dívidas ativas, concedidas a 31 pessoas. Seu patrimônio era de aproximadamente, 13 contos de réis. Possuía três escravos, três casas de morada na vila, dinheiro prestável, mais utensílios e pertences doméstico, e mais 12 cabeças de gado e 02 bestas velhas. É interessante de perceber que a possibilidade de diversificação de suas atividades foi menor do que as de Antônio José Rabello Guimarães. Provavelmente, Domingos estava mais integrado à rede de endividamento. Não possuía nenhum devedor e realizava serviços em outras praças para seus credores. João José Vaz Vimieiro o devia por uma execução na cidade do Rio de Janeiro. Tal fato nos sugeriu que, se grande parte dos créditos eram locais, os maiores distribuidores deles provavelmente, se serviam de outras praças para conseguí-los.

A presença disseminada das dívidas nos faz questionar o baixo índice que encontramos nos ativos de dinheiro (1,15%) e até mesmo de jóias (0,3%)¹⁰⁰. Para a Comarca do Rio das Mortes, Carla Almeida¹⁰¹ também constatou um baixo percentual desses ativos, sendo 0,75% e 0,16%, respectivamente, apontando para uma economia com baixa liquidez e pequena circulação monetária. A falta de moedas, desde o século XVII, parece não ter sido superada no século XVIII e

⁹⁸ Inventário *post-mortem* de José Rabello Guimarães e Maria Helena Bitencourt. AHMAS; Código: 02; Caixa: 120 ;Ordem: 02.

⁹⁹ Inventário *post-mortem* de Domingos Gonçalves Braga. AHMAS; Código: 01; Caixa: 20; Ordem: 10.

¹⁰⁰ Ver tabela 01. p. 07.

¹⁰¹ ALMEIDA. Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit. p. 174.

início do XIX. Segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio¹⁰², apesar das torrentes de ouro extraídas da Capitania de Minas no século XVIII, os extratos mais baixos de nossa sociedade não têm acesso a esse ouro. Segundo o autor, um dos grandes erros de parte de nossa historiografia é, sem dúvida, o de considerar que sociedades produtoras de metais preciosos encontram-se inundadas do mesmo. As moedas na sociedade estariam circulando num só sentido: das áreas mineradoras para o Rio de Janeiro.

Quando percebemos, então, que parte do dinheiro que encontramos na pesquisa está presente nas mãos de uma pessoa como Domingos Gonçalves, podemos melhor entender a ligação dessa região com a praça do Rio de Janeiro. Dessa forma, realmente parte substancial chegaria às mãos dos grandes comerciantes cariocas.

Segundo Sampaio, as aquisições de mercadorias, pelo menos aquelas do cotidiano, eram feitas quase sempre a prazo. Saldadas de tempos em tempos, o pagamento poderia, até mesmo, ser feito com mercadorias feitas pelo próprio devedor¹⁰³. Quando analisamos o inventário de Manoel da Costa Silva, percebemos que ele recorria à produção local. Nesse sentido, mesmo os indivíduos de extratos mais baixos, como artesãos, eram freqüentemente credores de outrem por serviços realizados e não pagos¹⁰⁴. Só para citar alguns exemplos, em 1822, quando da abertura do inventário de Maria Dias da Silva¹⁰⁵, na descrição das dívidas que possuía para com outrem, estava descrito que devia a Manoel Rodrigues, de seu ofício de carpinteiro. Antônio Rodrigues Gomes¹⁰⁶, em 1797, endividara-se, na Fazenda do Medeiros, por gastos de mantimentos. Manoel Rodrigues da Costa¹⁰⁷, em 1816, devia a Theodoro José da Fonseca de seu ofício de carpinteiro, além de dever a outras pessoas pela compra de animais, de algodão e de escravos.

Interessante perceber que, embora terra e escravos tivessem sido o meio mais difundido na riqueza da sociedade em foco, outras atividades também trouxeram enriquecimento e subsistência às pessoas. Na concessão de crédito, tanto é verdadeiro que os dois exemplos que apresentamos de inventariados que congregavam grande parte do total das dívidas representam fortunas que podemos levantar na pesquisa. No caso deles, a naturalidade chama a atenção. Ambos eram portugueses de uma mesma região de Portugal. Pela pequena amostra, não podemos generalizar, mas essas atividades que tinham o crédito como eixo (atividades provavelmente, comerciais) pelo menos as mais rentáveis, parecem ter sido possíveis a esse segmento. Talvez pela própria experiência.

Pela tabela 09, a disseminação do passivo, ou seja, dos débitos foi maior que a de créditos, contudo estes representaram somente 13,09% do total da riqueza das pessoas. Foi possível perceber, ainda, assim como Mônica Ribeiro de Oliveira notou para todo o termo de Barbacena¹⁰⁸, que, quanto maior o ativo, menor era a presença de dívidas passivas. Os débitos estiveram presentes, principalmente, no grupo de inventariados que possuíam de 01 a 05 credores.

Portanto, do exposto até aqui percebemos que este sistema “agrário” foi capaz de se reproduzir pela constante anexação de terras, de forma extensiva, com características agrárias/pastoris, entretanto, de forma mercantilizada. Nesse sistema também, foi a capacidade de diversificação e circulação da produção o principal mecanismo de acumulação das maiores riquezas, numa sociedade perpassada por uma frágil divisão social do trabalho, onde a escravidão este largamente disseminada.

¹⁰²SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de Sampaio. *Crédito e Circulação Monetária na Colônia: o caso fluminense, 1650 – 1750*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu: ABPHE, 2003. p. 12

¹⁰³Idem

¹⁰⁴BARRETO, Daniela Santos. *A qualidade do artesão: contribuição ao estudo da estrutura social e mercado interno na cidade do Rio de Janeiro, c. 1690 – c. 1750*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Dissertação de Mestrado). Apud: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Crédito e circulação*....P. 12.

¹⁰⁵Inventário *post-mortem* de Maria Dias da Silva. AHMAS; Código: 01; Caixa: 34; Ordem: 23.

¹⁰⁶Inventário *post-mortem* de Antônio Rodrigues Gomes. AHMAS; Código: 02; Caixa: 154; Ordem: 31.

¹⁰⁷Inventário *post-mortem* de Manoel Rodrigues da Costa. AHMAS; Código: 01; Caixa: 18; Ordem: 14.

¹⁰⁸OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit. P. 65.